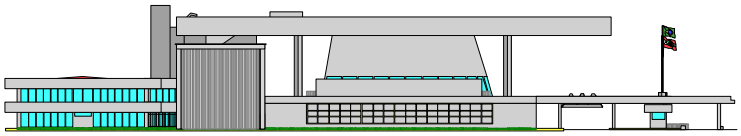
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX | FLORIANÓPOLIS, 28 DE MAIO DE 2009 | NÚMERO 6.041

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grando
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 2041**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 044ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 26/05/2009.....2
Ata da 018ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 26/05/2009 14
Ata da 019ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 26/05/2009 15

Atos da Mesa
Ato da Presidência DI.....16
Atos da Mesa DI.....16

Publicações Diversas
Ata da Comissão Permanente de Licitação 16
Aviso de Licitação 17
Aviso de Resultado 17
Extratos 17
Ofícios.....17
Projetos de Lei 18

P L E N Á R I O

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Fala de campanha para arrecadar materiais para a Ala de Queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão; refere-se à sua participação na 13ª Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre ato reivindicatório de pequenos agricultores e assentados em 16 estados da federação; faz referência ao projeto de plano de carreira para a base da Polícia Civil.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença de Emir Sader, secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Fala da MP 0463, destinando recursos para os estados; aborda mobilização dos agricultores reivindicando medidas de socorro; refere-se à audiência do governador com a Fetraf/Sul; discorre sobre iniciativa do governo federal de complementar recursos do FPM.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Apóia iniciativa da deputada Professora Odete de Jesus com relação à Ala de Queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão; faz referência à dificuldade da população para a realização de exames de alto custo; manifesta-se sobre implantação, em área do Hospital Santa Teresa, de um instituto de neurologia.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Parabeniza o deputado José Natal pela sua luta em relação à implantação do instituto de neurologia.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Relata o périplo do governador Luiz Henrique a vários municípios catarinenses.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal e do vereador Pedro Thomé, de Tangará.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jucelio Pasqual Girardi, de Joinville.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Aborda reunião com o presidente do Tribunal de Justiça para tratar da instalação de cartórios em Joinville.

Partidos Políticos

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Faz relato do 2º Encontro Estadual do PDT, em Itá.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de vereadores e do ex-prefeito de Irani.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários a respeito do andamento das obras da duplicação da BR-101, trecho sul.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de Daniel Cândido, da AABB.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se à necessidade da instalação das novas varas no Fórum de Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos a respeito da instalação de novas varas em Joinville.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Registra a

presença de vereadores de Irani; cumprimenta a prefeita municipal e o vice-prefeito pela Expo Irani; manifesta-se a respeito da dificuldade por que passa o setor agrícola de SC; ressalta a importância que o governador Luiz Henrique tem dado a todos os municípios do interior.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Reporta-se ao prazo de votação das cinco MPs que o governador remeteu à Casa; comenta a Lei Complementar n. 57.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra o novo curso de Administração Pública da UFSC.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de integrantes do Sindicato dos Vigilantes de Joinville e do vereador Jucelio Pasqual Girardi, de Joinville.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Manifesta condolências à família de Valdir Hoemke, pelo seu falecimento.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Manifesta condolências à família de Valdir Hoemke, pelo seu falecimento.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à duplicação da BR-101, trecho sul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Congratula-se com o deputado Jailson Lima e sugere pressão às empreiteiras.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Tigrinhos e de Vitor Meireles na Casa.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Critica o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Congratula-se com o deputado Giancarlo Tomelin a respeito do prefeito de Balneário Camboriú.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Manifesta o orgulho do PMDB por ter tido Eduardo Pinho Moreira e Leonel Pavan na vice-governança do estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença do vereador Altamiro Kretze, de Antônio Carlos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra os 20 anos da Casa da Mulher Catarina e a programação de comemoração na UFSC.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO KENNDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação favorável ao PL 0250/2008.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Requer a realização de sessão extraordinária para votação do PL 0250/2008 em segundo turno.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Concorda com a votação do segundo turno e da redação final do PL 0250/2008.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, do vice-prefeito e do secretário Argos Burgardt, de Canoinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisionada, recebi em meu gabinete a amiga Idê Parra Maria, voluntária da Ala de Queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão, que veio buscar ajuda.

Nós temos na Casa a comissão de Legislação Participativa, a qual presido, além de ser vice-presidente da comissão de Saúde. Eu vou tomar uma iniciativa, e tenho certeza de que terei o apoio de v.exa. e de todos os deputados, para iniciarmos uma campanha para arrecadar alguns materiais importantes para aquele hospital.

Eu soube que muitas crianças vêm do interior e chegam aqui sangrando, com queimaduras horríveis. Mas a Assembléia Legislativa, que sempre está à disposição, fez uma campanha maravilhosa de arrecadação de alimentos não perecíveis, de água e de outros materiais para ajudar os nossos irmãos de Blumenau, Itajaí, Ilhota e Palhoça, que sofreram com aquelas catástrofes.

Então, como o Poder Legislativo sempre esteve pronto com a sua equipe de deputados, eu gostaria de pedir o apoio de v.exas. e de todos os telespectadores que nos estão acompanhando neste momento. Estamos precisando de pele sintética. Essa pele vem dos Estados Unidos, é importada, mas também soube que em São Paulo ela está sendo fabricada. Nós precisamos muito de pele sintética porque as crianças ficam sem proteção nenhuma; precisamos de analgésicos, de medicamentos em geral, todos os tipos de medicamento, de algodão, gaze e pomada para queimadura.

Estamos iniciando, hoje, essa campanha e as doações poderão ser entregues na comissão de Saúde ou na comissão de Legislação Participativa desta Casa, onde teremos pessoas recebendo essas doações.

Quero parabenizar a presidente, dona Gertrudes, que é voluntária da associação do Hospital Infantil Joana de Gusmão, da Ala de Queimados.

Srs. deputados, a criança é muito inteligente e às vezes, quando a mamãe está preparando o café, está fazendo a comida, ela fica próxima porque quer ajudá-la.

Eu me lembro que, quando eu tinha mais ou menos cinco anos, deputado Sargento Amauri Soares - e há coisas que marcam a vida da gente -, o meu pai estava sozinho em casa, pois a minha mãe era diarista, trabalhava como faxineira nas casas, e quando fui mexer na panela de feijão o caldeirão caiu em cima de mim. Eu fiquei toda queimada e tenho até hoje marcas das queimaduras de quando era pequena. Isso acontece porque as crianças não sabem do perigo.

Eu gostaria também de contar com o apoio dos telespectadores que nos estão acompanhando no sentido de fazerem a sua doação.

Amanhã, no horário do meu partido, eu não estarei presente, e quero justificar a minha falta. Não estarei também presente na reunião da comissão de Finanças e Tributação, da qual sou integrante.

Sr. presidente e srs. deputados Gelson Merísio e Moacir Sopelsa, eu fui indicada para representar este Poder na executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais, e v.exas. aprovaram essa indicação na Mesa Diretora. Eu quero agradecer o apoio dos nobres deputados e dizer que procurarei representar Santa Catarina da melhor maneira possível.

Naquele evento, nós teremos o momento da tribuna livre, e eu levarei para outros estados e, por que não dizer, para outros países, pois a 13ª Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais é internacional também, outros estrangeiros estarão lá participando, o modelo de Santa Catarina. Eu vou apresentar a Cartilha dos Direitos dos Pacientes, com os 33 artigos, porque o tema que iremos tratar será a saúde pública no Brasil.

Essa cartilha v.exas. aprovaram nesta Casa, o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, sancionou e o secretário da Saúde, Dado Cherem, executou, deputado José Natal.

Então, na entrada de todas as unidades hospitalares está inserida a Cartilha dos Direitos do Paciente com os seus 33 artigos. E nós levaremos um exemplar dela naquele evento para servir de modelo, porque coisas boas nós temos que apresentar.

O estado de Santa Catarina é o pioneiro em muitas coisas boas: Código Ambiental, urnas eletrônicas e assim por diante. Por isso lá trataremos do assunto saúde pública no Brasil. Inclusive, o nosso palestrante será o governador de São Paulo - e v.exas. já receberam em seus gabinetes toda a programação, os dias e os temas que serão abordados nesse evento -, que dará uma visão geral da saúde no Brasil.

Sei que vários srs. deputados acompanharão essa delegação, mas se outros também pudessem nos acompanhar para prestigiar esse evento internacional no estado do Pará, seria muito bom.

Eu quero agradecer a v.exas. pela atenção! Muito obrigada pela oportunidade! Que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra.

deputada, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos escuta pela Rádio Alesc Digital, demais pessoas aqui presentes, servidores públicos deste Poder e servidores públicos do estado de Santa Catarina, no dia de hoje os pequenos agricultores e os assentados estão fazendo um ato reivindicatório em 16 estados da federação.

Hoje, em Santa Catarina, as manifestações estão ocorrendo nas cidades de Lages, Chapecó, Palmitos e São Miguel d'Oeste. Nesta última cidade, mais de mil pequenos agricultores e assentados estão, neste momento, fazendo um ato na frente do Banco do Brasil e talvez permaneçam em vigília até amanhã.

A pauta de reivindicação dos pequenos agricultores e assentados é a seguinte:

(Passa a ler.)

"Nossas propostas

Os pequenos agricultores e os assentados da reforma agrária são responsáveis por 80% dos empregos no campo e mais de 60% da comida que chega à mesa do trabalhador. Fortalecendo a agricultura camponesa, podemos sair da crise gerando empregos permanentes, produzindo mais alimentos para diminuir o preço da comida e preservando a natureza, através da agroecologia. Para isso é preciso adotar medidas que fortaleçam os camponeses e camponesas. Por isso, reivindicamos:

. Anistia de R$ 10 mil nas dívidas para os pequenos agricultores e assentados, como o governo já fez com outros setores da sociedade.

. Retirada de todos os camponeses da Serasa.

. Abertura de acesso a novos financiamentos, revendo a portaria que impede a contratação de novas operações para quem tem prorrogações.

. Permitir o financiamento de camponeses que pediram três pro-Agro para a mesma cultura.

. Basear o pro-Agro na realidade anual da colheita de cada safra e não pela média dos últimos 10 anos.

. Bolsa-estiagem para as famílias que tenham perdido a sua produção de subsistência, o valor de um salário por doze meses. Sendo que este recurso viria 70% do governo federal e 30% do governo do estado. A administração deste recurso seria feito por prefeituras, através dos Conselhos Municipais, organizações sociais e defesa civil.

. Patrulha agrícola e garantia de água para as propriedades, com a construção de poços artesianos, bebedouros, cisternas, irrigação para a produção de alimentos, liberação emergencial da outorga dos poços artesianos dos municípios.

. Anistia total do pagamento de sementes do Troca-troca.

. Liberação imediata das sementes para pastagem de inverno.

. Isenção da conta de luz por doze meses para os camponeses de municípios que decretaram estado de emergência" - em razão da seca ocorrida no oeste, no extremo oeste do estado.

". Criação de um fundo de reserva para o serviço ambiental, com o pagamento de um salário mínimo para cada família que fizer a preservação e a recuperação ambiental em suas propriedades. Esse recurso dever vir das multas por degradação ambiental e dos impostos sobre empresas poluidoras."[sic]

Assinam este documento todas as organizações da Via Campesina, a saber: Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; Movimento dos Atingidos por Barragem; Movimento das Mulheres Camponesas; Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento Sem Terra.

Então, srs. deputados, esta é uma manifestação dos pequenos agricultores e assentados no dia de hoje, em 16 estados da federação, que estão lutando contra os efeitos da crise nas costas dos pequenos agricultores.

Tem-se falado aqui bastante nos pequenos agricultores, inclusive em nome deles foram aprovados projetos na Assembleia que talvez possam causar como efeito prejuízos a eles, mas os pequenos agricultores foram usados como justificativa para a aprovação de alguns projetos importantes neste Poder ainda este ano.

Então, agora é hora de esta Casa também dar a sua resposta, dar o seu retorno e dizer efetivamente que as demandas dos pequenos agricultores são legítimas, especialmente daqueles do oeste, do extremo oeste do estado duramente atingidos pela seca.

Portanto, todas essas reivindicações que li nesta tribuna são absolutamente justas e necessárias, inclusive para a continuidade do trabalho no campo, para a continuidade da sobrevivência da pequena agricultura no estado de Santa Catarina.

Fica aqui, portanto, o nosso apoio, o nosso registro, a nossa solidariedade e também a nossa cobrança para que os órgãos do governo federal e do governo estadual estejam voltados e abertos para atender a essas legítimas, importantes e necessárias demandas dos pequenos agricultores do nosso estado. E nessas manifestações contamos com a participação de parlamentares desta Casa, inclusive o deputado Padre Pedro Baldissera encontra-se, neste momento, se não me engano, em São Miguel d'Oeste participando dessa mobilização da pequena agricultura em Santa Catarina.

Eu queria falar aqui também, neste pronunciamento, sobre as convulsões que têm ocorrido na cúpula da Segurança Pública do nosso estado, a pretexto de um projeto de plano de carreira para a base da Polícia Civil, projeto esse que eles já reivindicam abertamente há seis anos e que estava lá nas gavetas das secretarias, das diretorias e do Palácio. E na semana passada descobriu-se que - e se esse projeto fosse efetivamente plano de carreira estaríamos apoiando e aplaudindo, como sempre estivemos - está, ou foi, eivado de interesses salariais, inclusive dos delegados da cúpula da Polícia Civil, que, aliás, é o segmento da Segurança Pública com maior salário no nosso estado, no mínimo há seis anos.

Quando fomos discutir a Lei n. 254, vimos que há mais de seis anos os delegados já eram o segmento melhor remunerado no nosso estado, até porque naquele momento foi discutida a legalização de todas as gratificações que eles tinham ganhado de forma irregular e que tinham perdido por decisão do Supremo.

Então, a Lei n. 254 legalizou aquele salário para os delegados da Polícia Civil.

Mas no plano de carreira de base, de novo, aproveitando a decisão do Supremo, que considerou inconstitucionais alguns artigos da Lei n. 254, os delegados foram lá, juntamente com outros policiais civis, outros segmentos, outros setores, colocar todo o interesse que têm de que haja um avanço salarial exclusivo para a Polícia Civil.

Evidentemente que isso provocou um reboliço na cúpula da Polícia Militar, porque os seus oficiais, especialmente, ou mais precisamente, o comando da Polícia Militar, com o seu estado maior, com o seu *staff* dirigente, com o presidente da Associação dos Oficiais, que é o corregedor-geral, durante a mobilização dos praças, ao invés de pedirem o nosso apoio para que fizéssemos um movimento junto, de forma muito mais tranquila, resolveram perseguir e ficar de forma incondicional do lado do governador. E agora eles perceberam que todos nós iríamos ter um prejuízo e levar uma grande "langa" na questão salarial da Segurança Pública.

É preciso registrar que não temos nada contra o interesse de carreira, inclusive o interesse salarial dos policiais civis. No entanto, nós nunca fugiremos daqueles princípios que têm norteado a nossa atuação desde 2001, quando criamos a Aprasc. Que os incrementos salariais, que os avanços salariais sejam proporcionalmente iguais para todos os segmentos. Nós não estamos aqui defendendo que o soldado ganhe o mesmo que o coronel, mas que o tratamento seja proporcionalmente igual a todos os segmentos e que a medida governamental também seja dada na mesma data, na mesma época.

Esta é e vai continuar sendo a nossa postura. E continuamos à disposição para discutir uma proposta que seja justa e legítima para todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do cientista político Emir Sader, secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, que hoje à noite estará proferindo uma palestra na Assembleia, no auditório Antonieta de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Fazemos o registro dizendo que a Assembleia tem muita honra em recebê-lo.

Com a palavra o líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos ouve pela Rádio Alesc Digital e que nos acompanha pela TVAL, quero deixar registrado nesta Casa que no dia 21 de maio o presidente Lula assinou a Medida Provisória n. 463, que foi formalizada pelo ministério da Integração Nacional, pelo ministro Geddel Vieira Lima, que destinará recursos para o estado de Santa Catarina. São R$ 20 milhões iniciais para socorrer os municípios atingidos pela estiagem do grande oeste e da região serrana.

Nós estivemos acompanhando, desde o início, todo esse processo de negociação com o governo federal. É claro que quando estivemos participando dessa audiência naquele ministério, com toda a equipe da Defesa Civil, com o secretário executivo do ministério da Integração, para tratar dessa medida provisória, uma medida emergencial e inicial, havia 100 municípios em estado de emergência, mas hoje já passa de 120.

Então, esses R$ 20 milhões iniciais devem ir primeiro para esses municípios que decretaram estado de emergência, e a expectativa é de que sejam distribuídos, em média, em torno de R$ 200 mil para cada município, para contribuir com o grande gasto que as administrações municipais tiveram, principalmente no fornecimento de água para os seus munícipes, para a sua população, seja na cidade ou no interior.

Portanto, queremos aqui registrar essa agilidade do ministério de já ter lançado a medida provisória no dia 21, assinada pelo presidente Lula. A partir de agora a grande preocupação de fato é como os municípios vão agilizar a sua documentação, mandá-la imediatamente para a Defesa Civil estadual e para a Defesa Civil nacional. São quatro documentos que precisam ser apresentados pelos municípios. Mas é preciso também que haja agilidade por parte da Defesa Civil do estado ao despachar essa documentação para Brasília, para não atrasar, como em outros momentos, a liberação desses recursos.

Assim como Santa Catarina, o estado do Rio Grande do Sul, que tem um número maior ainda de municípios atingidos pela estiagem, vai ser beneficiado. E dentro dessa medida provisória também estão as ações para o norte e nordeste, devido às enchentes. Com essa medida provisória serão destinados em torno de R$ 800 milhões para resolver problemas climáticos do nosso estado, do sul do Brasil, como a estiagem, e também para o norte do país, por causa das chuvas.

Quero deixar isso registrado e dizer que com certeza foi uma medida acertada que vai contribuir muito com os municípios.

Está em andamento, da mesma forma, todo um processo de diálogo sobre outros pontos que estão em pauta com relação à agricultura familiar, quanto à agilidade dos recursos, dos R$ 1.500,00 por família, no caso dos agricultores, e também a renegociação das dívidas. Já está acertado, inclusive, que serão prorrogadas por 120 dias todas as que estão vencendo agora, para que eles possam ter um tempo. E uma das reivindicações dos agricultores é que seja anistiada uma parte dessa dívida, para não deixar acumular valores que já vêm sendo construídos durante alguns anos, já que tivemos algumas estiagens na região atingindo os agricultores.

Então, são iniciativas importantes que o governo federal, que os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração estão anunciando para contribuir, para ajudar a amenizar os problemas impactados pela questão da estiagem.

E é com muita alegria que eu quero dizer que tivemos uma participação em todo esse processo, e que agora vamos acompanhar os municípios para que eles tenham agilidade no envio dessa documentação, a fim de que esse recurso chegue o mais rápido possível ao seu destino, que são as prefeituras municipais.

Outro registro que quero colocar em cima desse tema da estiagem é que os agricultores continuarão, a partir de hoje, como disse o deputado Sargento Amauri Soares, num processo de mobilização bastante grande, articulando esse conjunto de movimentos sociais do campo, do meio rural, do movimento sindical, do movimento social, para reivindicar, junto aos governos estadual e federal, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as medidas de socorro.

Algumas medidas já foram tomadas, acertadas pelo governo federal, pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração, como já citei aqui, mas é preciso que sejam tomadas outras medidas, principalmente em relação ao endividamento agrícola que vem sendo causado por esse conjunto de problemas, pelo impacto internacional da crise, pela queda das exportações, pela questão da estiagem e tantos outros problemas que afetam a nossa agricultura, principalmente a agricultura familiar.

Também quero dizer que na última quinta-feira tivemos uma audiência muito importante com o governador do estado e com a Fetraf/Sul, em que estiveram presentes vários secretários, como o da Agricultura, Valdir Cobalchini, e o da Coordenação e Articulação, representantes da secretaria de estado da Educação, da Epagri, várias empresas públicas. Infelizmente, o governador, nessa reunião, ficou somente anunciando e divulgando políticas do estado, mas não tivemos nenhum novo anúncio. Então, o secretário Antônio Ceron ficou de apresentar um documento nos próximos dias constando os compromissos do governo do estado com a agricultura familiar.

Mas a expectativa de fato era maior, era de que o governo anunciaria as novas políticas a serem adotadas, mas, infelizmente, isso não aconteceu. Por isso há a expectativa de que nesse documento que o secretário prometeu liberar daqui a alguns dias, dos compromissos do governo do estado, tenha alguma coisa que possa contribuir com a questão da estiagem, principalmente para os agricultores atingidos, e atenda a alguns pontos da pauta de reivindicação que foi tão importante, a qual foi apresentada pelo movimento sindical Fetraf/Sul.

Por último, para encerrar, eu quero aqui também registrar a importância da iniciativa, deputada Ana Paula Lima, do governo federal de complementar os recursos dos municípios, no ano passado, através do Fundo de Participação dos Municípios, aproveitando para pedir ao governo do estado que libere a mesma parte este ano do Fundo de Participação. É um recurso complementar que, com certeza, vai ajudar muito os municípios que tiveram perdas por alguns impactos da crise provocada em nível nacional e internacional.

É uma ação inédita do presidente Lula, do governo federal de complementar os recursos dos municípios, através do Fundo de Participação dos Municípios, para que eles não tenham perda. É uma medida muito importante que vai ajudar a amenizar os impactos para grande parte dos municípios que tiveram perdas este ano no Fundo de Participação dos Municípios.

Nós tivemos, no ano de 2008, uma das melhores arrecadações, quando ela subiu ao topo, foi a melhor arrecadação da história dos municípios, e este ano houve, em muitos municípios, perdas a partir do valor do ano passado. Então, é uma medida muito acertada, muito importante para os municípios, para que eles possam continuar fazendo o seu atendimento à população, como na saúde, na educação, na agricultura, em vários setores de políticas públicas locais, ajudando, assim, a amenizar os seus problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dagomar Carneiro, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck.

(Pausa)

Na ausência do deputado Silvio Dreveck, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu estava ouvindo atento, desde o início desta sessão, o apelo da deputada Professora Odete de Jesus. Quero dizer a ela e à sociedade de Santa Catarina que irei me somar a esse seu pedido porque também tive a fatalidade de passar por esse processo de queimadura.

Por incrível que pareça, srs. deputados, por muitos e muitos anos, quando alguma coisa acontecia na região de São José e Palhoça, algumas pessoas me procuravam para pedir a minha ajuda para saber como proceder num caso desses. Eu, nessa caminhada difícil que vivenciei por mais de cinco anos de recuperação, tratei-me em um hospital evangélico de Curitiba que tinha, na época, uma das melhores unidades de queimados do país.

Então, quero me somar à deputada Professora Odete de Jesus e ao pessoal do Hospital Infantil Joana de Gusmão, que cuida de uma área tão complexa e que merece realmente muita atenção e cuidado. Todos os dias eles dão uma atenção especial a esse setor que está mais pautado na questão da contaminação hospitalar, pois se o indivíduo queimado pegar algum tipo de contaminação, ele terá uma enorme dificuldade para se recuperar, e talvez uma chance de sobrevivência menor ainda.

Sr. presidente, nós vivenciamos no nosso dia a dia, e tenho certeza absoluta de que a maioria dos deputados desta Casa, um problema crucial, que é a procura de pessoas por exames de alto custo.

Este deputado recebe diariamente em seu gabinete pessoas pedindo socorro no sentido de conseguir uma consulta com um especialista para que possam fazer uma ressonância magnética, uma tomografia computadorizada, uma cirurgia, comprar um medicamento, pois não conseguem ter acesso a isso.

E quero me reportar ao caso que coloquei aqui, na semana passada, de um cidadão do município de São José, que está necessitando fazer, há dois anos, uma intervenção ortopédica no tornozelo. Ele já recebeu do INSS, pois está encostado, quase R$ 17 mil. E os gastos que o governo do estado teria com ele para a aquisição de uma bota, não sei se especial, mas provavelmente apropriada para cicatrização, para a imobilização do seu tornozelo para a cirurgia, seria de R$ 6,3 mil. Ele está encostado há dois anos e, como disse, o governo já gastou quase R$ 17 mil com esse cidadão, e até ontem essa cirurgia não foi concedida!

Este é um caso que me deixa extremamente preocupado, totalmente inoperante como membro da base do governo. Isso não significa dizer que o deputado José Natal, como membro da base do governo, tem que dar prioridade para tal situação. De jeito algum! Eu quero é saúde pública em todos os níveis igual para todos, independentementede cor partidária, de classe social, independentemente qualquer situação.

Eu assumi, desta tribuna, no ano passado, juntamente com os deputados Jailson Lima e Renato Hinnig, o então deputado e hoje desembargador João Henrique Blasi e outros deputados, a responsabilidade da implantação, no Hospital Santa Teresa, de um instituto de neurologia, mas nós não estamos conseguindo uma audiência com o governador para tentar viabilizar tal situação!

Os dados apresentados aqui por uma equipe da Universidade Federal de Santa Catarina na área da neurologia são estrondosos. E nós trouxemos à tona nesta Casa a importância de o estado conceder uma parte do terreno a essa equipe para que ela construa uma nova unidade de hanseníase, pois a atual está praticamente sem utilidade no Hospital Santa Tereza - uma pequena parte de pessoas que está lá é preservada, é cuidada -, a fim de que possa desenvolver o seu trabalho, mas não conseguimos êxito até hoje, deputado Jailson Lima.

Amanhã, às 10h, o governador Luiz Henrique da Silveira inaugurará parte da SC-407, na divisa de São José com São Pedro Alcântara, e irá receber também este deputado. V.Exa., deputado Jailson Lima, deve ter recebido o comunicado do meu gabinete. Por isso eu gostaria muito que o nobre deputado lá comparecesse, como o deputado Renato Hinnig e os demais deputados desta Casa, principalmente aqueles que não fizeram a visita *in loco* como nós fizemos.

É, com certeza, uma questão de saúde pública em Santa Catarina, porque haverá uma equipe de especialistas cuidando dessas pessoas. É um projeto de reabilitação relativo ao AVC e a diversas outras doenças, como Mal de Alzheimer, Mal de Machado-Joseph, uma nova doença que também está sendo estudada em Portugal.

Então, lá nessa parte do terreno, que a equipe pretende que o governo faça a destinação, quem sabe possa ser dada uma melhor qualidade devida àquelas pessoas.

Há muito tempo que queremos nos somar a isso. E gostaríamos de convidar os srs. deputados para amanhã, se possível, irem conosco ao Hospital Santa Teresa, já que o governador estará bem próximo e, quem sabe, nós o levaremos para visitar o local.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ouço o deputado Jailson Lima, que é parceiro e está nessa luta já há quase dois anos conosco. E alguma coisa, deputado, está acontecendo na secretaria da Saúde, porque não se consegue realmente fazer andar aquilo que está lá.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado José Natal, parece que colocaram um cadeado nesse processo.

Estivemos lá juntamente com o secretário Ronaldo Benedet, pois aquela área, hoje, está na secretaria de Segurança, e ele se prontificou a fazer a doação da área em comodato.

Veja que não é só a questão do tratamento de doenças degenerativas, mas também o tratamento de usuários de drogas, que é um problema sério, hoje, no estado catarinense. Trata-se de um projeto extremamente arrojado, empreendedor, em que essa instituição poderá trabalhar a captação de recursos para a formatação física da estrutura, e nem com esse desafio parece que a secretaria da Saúde quer fazer andar o processo.

Nós, pessoalmente, e também v.exa., que é do mesmo partido do secretário, já conversamos com ele, que se diz favorável. Mas temos que verificar que urucubaca há dentro da secretaria da Saúde, que não faz isso andar! O que acontecerá se não avançar? O terreno e a estrutura serão devolvidos para o estado igual, e ele não tem nada a perder, só a ganhar.

Por isso parabéns pela sua insistência, pela sua perseverança. E, principalmente, pelo fato de eu ser médico e conhecer aquela equipe, tecnicamente isso me torna um entusiasta do projeto no sentido de fazê-lo criar pernas, efetivamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Jailson Lima, eu, que não sou médico, mas vivencio o problema de saúde tanto quanto v.exa., volto a repetir aos srs. deputados: quando o dr. Paulo Bittencourt, neurologista, sentou conosco e explanou todos aqueles dados e a possibilidade da melhoria da qualidade de vida das pessoas de Santa Catarina, eu fiquei entusiasmado, porque é isso que quero, é isso que o governo quer, é isso que todos queremos.

Mas aquela urucubaca, como colocou v.exa., deputado Jailson Lima, haverá de ter uma solução definitiva amanhã, por parte do governador do estado: ou "sim" ou "não" para o bem das pessoas e para o bem da saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ada De Luca e catarinenses, gostaria de relatar a grande inauguração que aconteceu no município de Monte Castelo, na quarta-feira passada, com a presença do governador do estado; do secretário da Educação, Paulo Bauer; do prefeito Aldomir Roskamp; de vereadores; da diretora da escola, Ivete; da gerente da Educação; e de professores e pais de alunos. Na história do município nunca foi feita uma reforma tão importante e significativa como a do Colégio Francisco Nicolau Fuck.

Esse Colégio Francisco Nicolau Fuck, localizado na residência Fuck, possui uma história muito importante. Essa escola teve o seu terreno doado pelo meu avô, e o governo do estado, em nome do governador Luiz Henrique da Silveira, teve a sensibilidade e a competência de efetuar uma das reformas mais importantes daquela escola e região. Temos certeza de que a comunidade da residência Fuck não esquecerá mais do governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e do secretário da Educação, Paulo Bauer.

Em seguida, nós nos deslocamos para Mafra, onde ocorreu um importante encontro na Universidade do Contestado. O reitor Werner José Bertolti se fez presente nessa importante visita do governador Luiz Henrique da Silveira à Universidade, ocasião em que sua excelência tomou conhecimento de que o Centro Paleontológico de Mafra está sendo criado na Universidade do Contestado. Trata-se de uma unidade ímpar na história do planalto norte

Lá inauguramos uma réplica de um dinossauro, que representa a nossa pré-história. Assim, o Centro de Paleontologia pode apresentar à comunidade, ao planalto norte, a Santa Catarina e ao Brasil uma estrutura importante. E, sem dúvida nenhuma, os turistas, as pessoas com capacidade intelectual para esse ramo farão uso desse Centro de Paleontologia do planalto norte.

Gostaríamos também de agradecer ao governador Luiz Henrique da Silveira pela ordem de serviço para o grande evento em São Bento do Sul. O deputado Silvio Dreveck esteve presente, juntamente com este deputado, na abertura, no Centro de Eventos Promosul, da feira de móveis que representa o investimento do nosso empresariado no mercado interno, gerando emprego, crescimento e desenvolvimento.

À noite, o governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o deputado Mauro Mariani e este deputado, esteve assinando a ordem de serviço para o início das obras do elevado de Oxford. Temos certeza de que esse elevado, que requer um grande investimento e será construído na intercessão da SC-301 com o bairro Oxford, na cidade de São Bento do Sul, será uma obra de magnitude para o planalto norte.

Juntamente com o governador, estava lá o nosso saudoso ex-deputado Otair Becker, que, assim como a sua esposa, vive momentos difíceis na sua vida. E aqui vai o nosso incentivo, a nossa força e o nosso apoio a esse casal que vive em São Bento do Sul.

Tivemos também a visita do vereador Luiz Alberto Sieves e da vereadora Adriane Elisa Ruzanowski, que me fizeram vários pleitos e fazendo com que as ações desenvolvidas por mim, em São Bento do Sul, comecem a florir.

Em Campo Alegre, também tivemos a liberação de R$ 10 mil para uma feira de artesanato. E realmente a aplicação desse dinheiro dará incentivo ao artesanato, gerando emprego, desenvolvimento e renda.

Houve também a liberação de R$ 25 mil para o distrito de Felipe Schmidt, em Canoinhas, onde teremos a construção de uma bela associação, fazendo com que aquele distrito, que merece o asfalto... E está sendo feito o seu projeto no Deinfra, através do deputado Mauro Mariani, para fazer com que a região seja beneficiada com a exportação de grãos, soja, milho e outros cereais.

Temos certeza de que a reunião ocorrida em Porto União, juntamente com o prefeito Renato Stasiak; o Rafael Mirando, presidente da Associação Comercial de Canoinhas; o presidente da Associação Comercial de Porto União, Salvatti, e os empresários que lá estiveram presentes, vai fazer com que sejam gerados dividendos para o planalto norte.

A reivindicação para Porto União que existe, hoje, é a implantação de um aeroporto regional na cidade para que realmente o município, juntamente com a cidade vizinha, União da Vitória, no Paraná, tenha um aeroporto digno e possa receber as pessoas que viajam mais frequentemente.

Temos certeza também de que em Porto União, com o prefeito Renato Stasiak, nós teremos a federalização da BR-280, uma vez que, do entroncamento do rio Canoinhas até Porto União, essa BR pertence ao estado. Estudos estão sendo feitos pelo Deinfra para que haja essa federalização, e nada mais justo de que isso aconteça para que possamos colocar o contorno de Porto União, também uma obra que a comunidade espera que aconteça. Essa obra já é esperada desde a época em que Carlito Merss foi deputado federal. E ele, que nasceu em Porto União, também reivindica essa obra.

Acho que os catarinenses do planalto norte, principalmente, estão muito felizes com a atuação do governo na nossa região.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência registra a presença dos vereadores de Ponte Alta: Sebastião Prado Gonçalves, Claudemir Pereira e Horácio Moraes.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores de Tangará: Gilvanio Pontel, presidente da Câmara, e Pedro Thomé. Eles estão aqui tratando de assuntos de interesse daquele ao município, para dar uma melhor qualidade de vida àquelas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) -Gostaria de anunciar a presença, aqui nesta Casa, dos vereadores de Irani: Mauri Ricardo de Lima, Ozaide Antônio Alves da Rocha e Marco Osório de Oliveira.

O Sr. Deputado José Cardozinho - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Gostaria também de registrar a presença do vereador Jucelio Pasqual Girardi, do PMDB, da cidade de Joinville, que está apreciando a nossa sessão na data de hoje.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reforçando o registro que o deputado José Cardozinho fez do vereador Jucelio Pasqual Girardi, quero dizer que ele veio a Florianópolis porque hoje, às 16h, eu, ele e o deputado Nilson Gonçalves - e quero convidar v.exa., deputado José Cardozinho, para nos acompanhar também - teremos uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça para tratar da instalação dos seis novos cartórios no município de Joinville.

Este é o motivo, certamente, que traz o vereador Jucelio Pasqual Girardi, do seu partido, o PMDB, para nos visitar nesta tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência espera que tenham sucesso na reunião.

Sejam bem-vindos todos os vereadores aqui presentes!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, sras. Deputadas e srs. deputados, ocupo, hoje, a tribuna, no horário do PDT, para fazer um pequeno relato do 2º Encontro Estadual do PDT, realizado na bela e encantadora cidade de Itá.

Quero cumprimentar o deputado Sargento Amauri Soares, que lá esteve presente juntamente com as lideranças estaduais do nosso partido: o presidente estadual, Manoel Dias; o delegado Regional do Trabalho, dr. Luís Miguel Vaz Viegas; o coordenador-geral do Sine de Santa Catarina, dr. Rodrigo Minotto; mais de 25 coordenadores regionais; mais de 200 filiados, membros, presidentes de partidos, vereadores, prefeitos - lá estiveram o prefeito Vânio Forster, de Correia Pinto; a prefeita Laci Grigolo, de Seara. E fomos recepcionados pelo presidente da Câmara do município de Itá, vereador Vitor Olimar Minella.

Foi um encontro em que o PDT, além de debater os assuntos em nível nacional, também tratou dos assuntos em nível estadual, como organização partidária, filiação partidária e, principalmente, preparando uma nominata com candidaturas para o ano de 2010, o ano que vem.

E várias lideranças que lá estiveram, vereadores, vice-prefeitos, colocaram os seus nomes à disposição para compor uma chapa de candidatos a deputado estadual e federal.

Também, como não podia deixar de ser, levantamos o tema que tanto preocupa a cidade de Itá, que é um paraíso turístico. E grandes investimentos estão sendo feitos na rede hoteleira, como o Itá Park Hotel, o Itá Thermas Hotel, e também outros investimentos surgiram na região, aproveitando aquela represa que foi feita, o grande lago que se formou. E isso preocupa, hoje, a população de Itá, porque ela não está tendo acesso ao lago, como acontece em várias outras represas do Brasil, que, além de servir para a geração de energia, viraram grandes parques aquáticos para que a população, para que o turismo da região possa utilizá-lo.

Infelizmente, em Itá o entendimento tem sido diferente pelos órgãos ambientais, pela empresa, fazendo com que os habitantes, os turistas, que lá vão visitar, e os empreendedores, que compraram os seus imóveis que dão acesso ao lago, não possam usufruir da represa.

Cito aqui o exemplo de Furnas, em Minas Gerais, onde várias cidades se tornaram polos turísticos no período de verão, utilizando as águas da represa, e nem por isso destruíram a natureza ou prejudicaram o andamento da usina que lá gera energia.

Por isso foi feito o apelo pelas lideranças da cidade de Itá para que o PDT também se envolvesse. E é isso que hoje trazemos aqui, e vamos levar ao conhecimento dos órgãos ambientais para ser revista essa situação e, assim, a cidade de Itá continuar a se desenvolver. Itá foi toda planejada porque foi removida da área da represa onde foi alagada e construída uma cidade com toda estrutura, praticamente com 95% das suas ruas asfaltadas, com esgoto sanitário em toda a cidade e todos os órgãos públicos estabelecidos.

E o PDT ficou muito feliz de poder prestigiar a cidade de Itá, a prefeita Laci Grigolo e o presidente da Câmara, Vitor Olimar Minella, que foram os nossos anfitriões. E com certeza o PDT fez um grande encontro naquela cidade. E já programamos, dentro das nossas coordenadorias Regionais, mais dez encontros para os meses de junho e julho, visando o fortalecimento, o crescimento do partido e, acima de tudo, preparar o nosso partido para que na próxima legislatura possamos ter um número maior de deputados estaduais e, com certeza, eleger o nosso deputado federal.

Então, era isto, sra. presidente, que eu tinha para colocar no horário do PDT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sra. presidente, quero registrar a presença nesta Casa dos vereadores Marco Osório de Oliveira, Mauri Ricardo de Lima e Ozaide Antônio Alves da Rocha, do município de Irani. Hoje, no almoço, junto com o ex-prefeito Binho, eles manifestaram o amor que têm por Irani e, mais do que isso, falaram sobre o fato de o município ser o berço do Contestado e da importância daquela região para Santa Catarina. Eles estão, tanto em Florianópolis como em Balneário Camboriú, atrás de subvenções, de coisas importantes para o município de Irani.

É com muita alegria que registro a presença do Mauri Ricardo de Lima, do Marco Osório de Oliveira e do Ozaide Antônio da Rocha no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente deputada Ada De Luca e srs. deputados, assomo à tribuna para tecer alguns comentários sobre a audiência pública que ocorreu no plenário Antonieta de Barros, nesta Casa, na tarde de ontem, a partir das 14h, promovida pela comissão de Transportes, cujo presidente é o deputado Reno Caramori.

Contamos com a presença de vários deputados e tivemos a oportunidade de debater questões com relação à tão esperada duplicação, sobre os entraves, os gargalos que estão travando a totalidade da obra. Também tivemos a oportunidade de ver o contraponto do estudo levantado pela Fiesc, através do seu departamento técnico, feito por uma empresa de consultoria contratada pela própria Fies, e da contestação dos técnicos do DNIT.

Deputada Ada De Luca, v.exa. também participou conosco da audiência. E de certa forma ficamos um pouco mais tranquilos, tendo em vista a explanação feita pela Fiesc na semana próxima passada de que havia realmente uma morosidade, que é constatada *in loco*, mas que talvez no ano de 2013 poderíamos ver o término dessa obra. E os técnicos do DNIT, com muita propriedade - inclusive as três empresas fiscalizadoras demonstraram isso através de um cronograma de execução da obra -, garantem, e é o que preferimos acreditar para o bem de Santa Catarina e da sua gente, que até o final de 2010 teremos 100% da parte duplicada concluída, que são os pacotes que estão em andamento, em execução, e que já foram licitados.

Porém, ficam quatro gargalos, cujas providências para licitação estão sendo tomadas. E aqui cito: no Morro dos Cavalos, o túnel já está com aproximadamente 70% escavado; a ponte da Cabeçuda ainda não foi iniciada; o túnel do Morro do Formigão, em Tubarão, também está para acontecer; e o elevado do banhado de Maracajá, no contorno com o município de Araranguá, também ainda está dependendo da deliberação das questões ambientais que estão pendentes.

Agora, é lamentável que tenhamos que assomar à tribuna para tecer algumas críticas. As críticas têm que ser numa vertente positiva, construtiva, propositiva, mas não é sempre assim. A comissão de Transportes despachou 320 convites para entidades governamentais e não governamentais, prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores e associações, mas, infelizmente, as empreiteiras, sem exceção, não compareceram ao debate.

Porém, convidamos os técnicos da Fiesc, do DNIT, as três empresas que fiscalizam o trabalho, e o que corre nos bastidores é que algumas dessas empresas, no período da licitação dessa duplicação, em nível nacional, estavam numa demanda muito magra de oportunidade de obras e acabaram todas migrando para essa licitação. Com medo de perder, acabaram mergulhando em média 30% no preço. A partir do momento em que o governo federal implementou as obras do PAC, essas obras começaram a ser um atrativo mais considerável para essas empresas, que acabaram migrando e deixando de lado, em segundo plano, a tão esperada duplicação da BR-101.

Ora, senhores, tudo bem que eles possam buscar outras obras que tenham uma rentabilidade maior, mas em momento algum eles podem fugir desse compromisso. E aí eu falo da necessidade de o órgão gestor nesse processo, que capitania todos os procedimentos da licitação dessa obra, o DNIT, chamar à responsabilidade essas empresas.

Outro assunto que me chamou atenção e que nos preocupava muito se refere à Lei n. 866 que, no seu item sobre licitação de obras públicas, caracteriza que toda licitação não pode prescrever mais que 60 meses, ou cinco anos, sob pena de romper, terminado o prazo, esse contrato, e dar-se-á nova licitação.

Isso poderia acarretar numa nova demanda de representações judiciais, e sabe lá Deus quando essa obra poderia ser concluída. Mas fomos tranquilizados pelo DNIT que disse que não existe problema, eis que há um item nessa licitação garantindo que se façam aditamentos ou o prolongamento desses contratos.

Até quero parabenizar a empresa Queiroz Galvão, que já está com um trecho concluído e 80% de outro. Então, por que essas empresas já concluíram a sua parte, enquanto outras estão com apenas 30% ou 40% concluídos ou sequer iniciaram esse processo? Srs. deputados, que isso sirva de alerta para os órgãos federais de maneira especial ao DNIT, para que restrinjam, criem medidas restritivas para as licitações futuras em nível de Brasil, sob pena de ficarmos amargando à espera dessa obra tão importante para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Um dado estarrecedor é que de janeiro de 2008 a fevereiro de 2009 ocorreram 3.074 acidentes. Foram 3.074 acidentes no sul do estado em 12 meses, com 2.035 feridos, 5.567 veículos envolvidos e lamentavelmente 108 vítimas fatais. Isso dá uma média de oito a nove vidas ceifadas mensalmente nessa rodovia. Além do que as estatísticas econômicas e sociais demonstram que o sul do estado cresce 2,5% ao ano, enquanto o norte cresce de 10% a 12%, ou seja, mais do que o PIB chinês.

Está havendo um disparate, uma desproporção, um empobrecimento da qualidade de vida do povo sulino. Um povo ordeiro, trabalhador, dinâmico, de um estado com reservas naturais, com uma economia pujante, mas que, infelizmente, pela falta de infraestrutura, está amargando nesse desespero, correndo risco diuturnamente nessa rodovia, bem como os Parlamentares do sul, que frequentemente utilizam a rodovia.

Eu espero, a partir dessa audiência pública, também encabeçada pela Mesa Diretora, que elencou entre as suas bandeiras a BR-470, a Ferrovia do Frango, a Translitorânea, a BR-101, também dar celeridade a todos os processos que estão tramitando nesta Casa, inclusive pedir ao governo que acelere o processo para o encaminhamento e aprovação das regiões metropolitanas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero registrar a presença aqui, neste plenário, com muita alegria, do Daniel Cândido, que foi o melhor pivô que a AABB - Associação Atlética Banco do Brasil - teve na década de 80 e 90. Eu jogava futebol não tão bem quanto ele. Depois ele jogou na Tuper, de São Bento do Sul; na Asbac - Associação dos Servidores do Banco Central -, em Brasília, como profissional. Ele está morando hoje em Morro da Fumaça, onde ajudou inclusive o time da Unesc a formar um time competitivo.

Então, quero registrar a sua presença com muita alegria, pois me faz lembrar os meus tempos de jogador de futebol de salão. Com muita alegria quero registrar a presença aqui no plenário do Daniel Cândido, que é lá de Blumenau, mas que hoje está no sul do estado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. Presidente, srs. deputados, sras. deputadas, líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar, que já fez aqui o breve relato das inúmeras obras e inaugurações que o nosso grande governador Luiz Henrique da Silveira tem feito, praticamente, todos os dias em Santa Catarina e no planalto. Quero saudar o vereador Jucelio Pasqual Girardi, de Joinville, que se faz presente.

Sra. presidente, eu desejo, muito brevemente, falar sobre um assunto que foi levantado na reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional do município de Joinville, da região norte e nordeste de Santa Catarina, presidido pelo competente secretário Manoel Mendonça. Tratamos de diversos assuntos de interesse do desenvolvimento do nosso município, da nossa região. Mas um assunto que foi tratado pelo diretor do Fórum, dr. Yhon Tostes, e debatido por todos nós, conselheiros, deputados - com a presença do deputado Nilson Gonçalves também - diz respeito à necessidade premente da instalação de novas varas cíveis na nossa região.

Ora, os dados comparativos com Florianópolis são assustadores. Sabemos, deputado Ismael dos Santos, que Joinville é a maior cidade de Santa Catarina, com a maior arrecadação. Em Joinville tramitam nas varas cíveis 41,54% dos processos do estado, ou seja, mais do que nas varas da Capital do estado. Em Florianópolis temos nove varas e 48 juízes. Em Joinville, temos cinco varas e 26 juízes.

De janeiro a maio de 2009, em Joinville, nas cinco varas, deram entrada 20 mil processos; em Florianópolis, nas nove varas, 15 mil processos. É um absurdo! As varas, em Joinville, estão extremamente congestionadas. E nós sempre tratamos da necessidade, deputado Elizeu Mattos, de celeridade da Justiça, atendendo, sobretudo, às pessoas mais carentes.

Proporcionar justiça significa cidadania. E hoje nós sabemos que o Judiciário está totalmente congestionado, não só em Joinville, mas no estado e infelizmente no Brasil.

Portanto, não há necessidade da criação de novas varas, pois já foram criadas seis. Nós precisamos é que o Tribunal de Justiça faça a instalação dessas novas varas, para que Joinville possa realmente ter o desafogamento desses processos.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. estava presente e pode se pronunciar sobre esse assunto na reunião do conselho. Inclusive, hoje, às 16h, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves, estaremos em audiência com o presidente do Tribunal de Justiça para tratar da instalação dos novos seis cartórios no município de Joinville.

Eu e o deputado Nilson Gonçalves vamos solicitar ao presidente do Tribunal que agende uma reunião urgente com os deputados Kennedy Nunes e José Cardozinho, de Joinville, com o prefeito, com o secretário e com as demais autoridades, para tratarmos da premente e necessária instalação das novas varas no município de Joinville.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. deputado Darci de Matos, isso seria muito bom, e vou tentar trazer os dados, amanhã, a este plenário, para que os srs. deputados e as demais pessoas deste estado possam conhecer a realidade que nós vivemos com relação ao Poder Judiciário, em Joinville.

V.Exa. foi muito feliz nas suas colocações e sentiu na pele, tanto quanto este deputado, a angústia do presidente do Fórum de Joinville, quase beirando o desespero, durante a sua explanação. É uma situação que não pode continuar como está. Não existe essa possibilidade, não dá para deixar as coisas caminharem desse jeito.

Por essas e por outras razões, estaremos hoje com o presidente do Tribunal de Justiça para tentar, pelo menos, convencê-lo da ideia de que precisamos instalar as varas que já temos direito de ter no município de Joinville.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito bem, deputado Nilson Gonçalves.

Tomamos conhecimento, bem como todo o estado de Santa Catarina - e elogiamos até a atitude do Tribunal de Justiça -, de que foi instalada em Chapecó a primeira câmara regional. Chapecó, uma cidade pujante, que tem crescido muito, com uma economia desenvolvida, precisa e merece essa câmara regional. Mas estamos também pleiteando que a segunda câmara possa ser instalada em Joinville para poder atender ao município e a toda região norte e nordeste de Santa Catarina.

Também estavam presentes nessa reunião do conselho, além do diretor do Fórum, dr. Yhon Tostes, que fez uma bela explanação, conforme colocou aqui o deputado Nilson Gonçalves, o dr. Édelos, presidente da OAB, seccional Joinville, que também fez uma exposição a respeito dessa situação dramática de congestionamento de nossas varas.

Vejam que só na vara da Fazenda tramitam 90 mil processos. Isso é um absurdo! Isso significa que não estamos dando celeridade à Justiça, mas dificultando a vida das pessoas, dos munícipes. Só temos uma vara de Fazenda.

Portanto, tenho certeza de que o presidente do Tribunal de Justiça será sensível, irá agendar essa reunião, e vamos conseguir instalar as varas no município de Joinville, porque é a maior cidade do estado e precisa, merece novas varas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputada Ada De Luca, presidente desta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, quero, com alegria, com prazer, registrar a presença dos vereadores de Irani, Mauri Ricardo de Lima, Ozaide Antônio Alves da Rocha, do PSDB, e o Marco Osório de Oliveira, do Democratas, terra que tenho orgulho de ser representante, cujo povo é ordeiro, progressista e trabalhador. Espero que se sintam em casa aqui em Florianópolis e que possam alcançar os objetivos dos pleitos que estão fazendo nesta Capital.

Srs. deputados, gostaria também de cumprimentar o deputado Elizeu Mattos, a prefeita municipal Adelaide Salvador e o vice-prefeito Cleinor Zozimo Zampieri, de Irani, pela realização da Expo Irani, que teve sua abertura na sexta-feira passada, quando tivemos a participação da indústria e do comércio daquele município, especialmente da mostra da agropecuária, do leilão de bezerros de corte, que aquele município possui e faz com muita qualidade, com muita tradição, expondo animais de extrema qualidade e produtividade de carne.

Da mesma forma, quero registrar aqui que participei, no domingo de manhã e parte da tarde, da abertura do leilão agropecuário de bovinos, deputado Antônio Aguiar, no município de Ouro Verde, no extremo oeste de Santa Catarina, onde tivemos a oportunidade de ver a qualidade

dos animais apresentados e a festa que o prefeito Sadi de Oliveira da Luz realizou naquele município.

Srs. deputados, participei, também, na sexta-feira passada, da homenagem que o CDL de Concórdia - que completará 39 anos de existência - fez aos seus 20 primeiros empresários fundadores. Ouvimos os depoimentos dos nossos comerciantes, falando das dificuldades existentes na região oeste e no meio-oeste de Santa Catarina, há quase 40 anos, quando não havia sequer uma via de asfalto, o que causava muitas dificuldades pela falta de comunicação com as grandes cidades, principalmente com a nossa Capital. Então, quero deixar registrada nesta Casa a importância do reconhecimento do CDL àquelas primeiras pessoas que ajudaram a desbravar e fazer a força do nosso município.

Sr. presidente e srs. deputados, embora tenha citado todos esses eventos importantes do setor agrícola, preciso também registrar as dificuldades que a nossa agricultura está passando, pois nós ainda não temos uma política agrícola, deputado Antônio Aguiar, de sustentação ao nosso homem do campo. Em vez de vermos a nossa produção crescendo em quantidade e em qualidade - e o nosso produtor sabe muito bem fazer isso - vemos, deputado Valmir Comin, esse crescimento nos preços e o desânimo dos nossos agricultores.

Pude ver na manhã de domingo, quando participei da reunião em Ouro Verde, junto com todos os prefeitos da Amai e com a secretaria regional de Xanxerê, a preocupação desses prefeitos quando demonstraram a queda de suas receitas, a perda do poder aquisitivo que as áreas, os municípios que dependem da produção agrícola estão tendo. Os municípios industrializados agregam valor aos seus produtos, aumentam o seu movimento econômico, enquanto nós, os municípios agrícolas, têm dificuldade de agregar valor aos seus produtos. As prefeituras estão padecendo com isso e perdendo parte da sua receita.

Srs. deputados, agora teremos novamente a oportunidade de votar o nosso Orçamento - e semana que vem começaremos a discutir o Orçamento regionalizado - e tenho que registrar aqui a importância, o valor que o governador Luiz Henrique da Silveira tem dado aos prefeitos do interior do nosso estado, principalmente, deputado Antônio Aguiar, aos prefeitos do oeste, do planalto norte e do planalto serrano de Santa Catarina. Antigamente as coisas se concentravam muito nas cidades grandes, nas cidades litorâneas, mas hoje o governador, sensibilizado, está levando esses recursos também para os pequenos municípios.

Srs. presidente e srs. deputados, o município de Ouro Verde foi um dos que o governador contemplou com acesso asfáltico, dando incentivo e ânimo para os cidadãos daquele município trabalharem na sua atividade. Mas o que nos preocupa é que temos que encontrar um jeito de descentralizarmos ainda mais o poder de recursos para esses pequenos municípios, pois sem a participação do governo do estado e sem a participação efetiva do governo federal eles tendem a padecer.

Deputado José Natal e deputado Elizeu Mattos, líder do governo, vejo a maneira tranquila com que o governador tem-se pronunciado sobre o julgamento do seu processo, que deverá acontecer quinta-feira. Tenho absoluta certeza de que há de se fazer justiça, porque em momento algum o governador procurou usar o poder da máquina para buscar a sua reeleição, tanto que foi o único candidato do país que teve o desprendimento da renúncia do mandato. Deixou o seu mandato para poder fazer a sua campanha eleitoral em igualdade de condições com os demais candidatos.

Por isso, tenho absoluta certeza de que o julgamento que acontecerá quinta-feira terá, sem dúvida nenhuma, o senso da justiça e do bom entendimento. Desta forma, o governador continuará a fazer o trabalho que vem fazendo pelo estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, o deputado Romildo Titon ocupará os minutos restantes.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar o público presente a esta sessão e, a exemplo de outros parlamentares que aqui já usaram da palavra, cumprimento também os eminentes vereadores da nossa querida Irani, que nos visitam no dia de hoje. Sejam bem-vindos à nossa Casa Legislativa.

Quero comunicar aos srs. parlamentares duas decisões importantes que a nossa comissão de Constituição e Justiça tomou na manhã de hoje. Uma delas foi fruto de um acordo entre os srs. parlamentares, sobre um apelo que fiz como presidente daquela comissão a todos os seus membros, tendo em vista que estaremos sem sessão por duas semanas, quando discutiremos o Orçamento Regionalizado pelo interior do estado. E diante disso, deputado Antônio Aguiar, teremos certas dificuldades com a agenda da comissão de Constituição e Justiça para deliberar algumas propostas.

O governo do estado remeteu a esta Casa cinco medidas provisórias que têm um prazo até 06 de junho para serem votadas, e a nossa comissão só terá a próxima reunião no dia 9 de junho. Assim, estaríamos trancando a pauta para que as demais comissões pudessem deliberar, pois a comissão de Constituição e Justiça tem a missão de dar o parecer pela admissibilidade das medidas provisórias. Então, fruto de um acordo entre todos os parlamentares, iremos nos reunir daqui a pouco - e a reunião continua em aberto desde hoje pela manhã - para que possamos deliberar sobre a admissibilidade dessas cinco medidas provisórias, permitindo, assim, que as demais comissões possam analisar o mérito das matérias para que possam ser votadas no prazo estipulado.

Todas essas medidas provisórias tratam de assuntos de relevante interesse da sociedade catarinense, como, por exemplo, medidas complementares ao financiamento do BID V, que retornou devido a alguns ajustes que devem ser feitos; a questão do financiamento das microbacias; do financiamento da Casan, para o qual o governo do estado tem que oferecer garantias; e também, uma das mais importantes, a que dispõe sobre o financiamento, junto ao BNDES, para o transporte coletivo de Joinville e para o ProSaúde. Este é um recurso que vamos buscar no valor de 17.578 milhões de euros, para a modernização dos nossos hospitais, das nossas unidades de saúde do estado.

Portanto, dentro de poucos instantes, depois da votação, estaremos reunidos na nossa comissão de Constituição e Justiça.

Quero, também deixar muito claro para toda a sociedade, diante da decisão que a comissão tomou hoje pela manhã de fazer uma audiência pública, que não serão abertas oportunidades para novas emancipações. Todos nós sabemos que em 2003 a Assembleia Legislativa aprovou, e é lei, a criação da Praia da Pescaria Brava, no município de Laguna, e a da Praia do Rincão, em Içara. E devido a uma Adin que foi levantada, cujo processo está em andamento no Supremo Tribunal, a instalação desses dois novos municípios ficou inviabilizada, tendo em vista que recentemente foi aprovada a Emenda Constitucional n. 57, em 2008, que convalidou todas as ações de municípios e anexações feitas até 31 de dezembro de 2006. Com isso, essas duas leis estariam convalidadas impossibilitando a criação desses dois novos municípios que haviam sido aprovados ainda no ano de 2003. No entanto, ainda há uma Adin tramitando no Supremo Tribunal, mas o próprio autor já pediu a sua retirada tendo em vista a votação da Lei Complementar n. 57.

Diante disso, um grupo de deputados que pertence à região sul do estado requereu à comissão que realizássemos duas audiências públicas naquelas localidades para dar ciência a toda comunidade e às autoridades daquela região da situação do processo e quais as possibilidades concretas para a viabilização da instalação desses dois novos municípios. Mas devido àquela lei complementar, todas as novas criações de municípios e anexações serão regradas pelo novo regulamento, conforme traz essa lei complementar.

Então, faço esse esclarecimento, porque outros municípios que queiram se emancipar podem levantar a bandeira achando que podem fazê-lo, mas chegarão aqui e não dará certo, porque o pedido não se encaixa mais dentro da nova realidade, da nova legislação.

Essas audiências públicas serão feitas apenas para esclarecer às ditas comunidades envolvidas nesse processo. Portanto, faço essa justificativa aos srs. parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, recebi do vice-diretor do Centro de Ciências Sociais e Econômicas, da UFSC, sr. Alexandre Marino Costa, professor doutor da universidade, um pedido para divulgar aqui na Assembleia legislativa - e eu gostaria que ecoasse aos quatro cantos do estado - o vestibular da modalidade curso a distância do curso de graduação em Administração Pública, que iniciou suas inscrições no dia 8 de maio e encerrará no dia 28 de maio. Portanto, ainda dá tempo de fazer a sua inscrição em Lages, Joinville, Tubarão, Chapecó, Jaraguá do Sul e Florianópolis. São 50 vagas, com a prova no dia 21 de junho, e o concurso é para Administração Pública. Nós precisamos realmente aprimorar a administração pública.

Parabéns à UFSC, especialmente ao Alexandre Marino Costa, por esse trabalho.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, apenas gostaria de registrar a presença de integrantes do Sindicato dos Vigilantes de Joinville, que estão acompanhando toda a luta pelo projeto que vamos votar aqui e que com certeza terá o apoio de todos os deputados, obrigando as casas lotéricas a terem um vigilante no local.

Quero, também, sr. presidente, fazer o registro da presença, nesta Casa, do

vereador Jucelio Pasqual Girardi, do PMDB de Joinvile.

Portanto, sejam bem-vindos os nossos colegas de Joinville, assim como todos os vigilantes.

(Manifestação das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de dar as minhas condolências à família de Neusinha Manzke Hoemke, muito conhecida na cidade de Blumenau e região, que tem uma coluna no *Jornal de Santa Catarina,* pelo falecimento do seu esposo, sr. Valdir Hoemke, na manhã desta terça-feira, deixando todos nós e o município de Blumenau muito tristes com essa notícia.

Então, os nossos respeitosos sentimentos e as nossas condolências à família do sr. Valdir Hoemke.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, sr. presidente, v.exa. é sempre muito solícito e cordial.

Da mesma forma, quero me solidarizar a nossa querida Neusinha Manzke, pois o Valdir era uma pessoa emblemática em Blumenau. Ele, com sua forma de ser, com o seu jeito simpático e acalorado, abraçava os blumenauenses e a todos da região que acorriam a ele para pedir conselhos ou ajuda, deputado José Natal Pereira, sobre como fazer os grandes cerimoniais das últimas duas décadas que aconteceram em Blumenau, fossem nas noites de gala catarinense ou nos casamentos que ocorriam naquele município.

Então, quero deixar o meu testemunho e o meu apreço ao Valdir Hoemke, como uma homenagem do Parlamento catarinense a esse grande blumenauense e a essa grande colunista Neusa Manzke.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o pessoal do Sindicato dos Vigilantes, os deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital, os funcionários da Casa, o prefeito do município de Vitor Meireles, sr. Ivanor Boing, a secretária de Saúde, sra. Jucelia, o prefeito de Otacílio Costa, sr. Denílson Luiz Padilha, com os seus secretários e o vereador Altamiro Antônio Kretzer, do município de Antônio Carlos.

Ontem esta Casa realizou uma das audiências públicas da chamada Pauta Positiva, em que o ponto do debate foi a BR-101.

Temos visto nos meios de comunicação, às vezes, até uma maldade no sentido de confundir a população em relação ao andamento das obras da BR-101, tendo em vista o relatório feito por um engenheiro contratado pela Fiesc e que ontem esteve presente na audiência pública. Até quero parabenizá-lo, porque foi um bom trabalho, tecnicamente bem feito, pena que quem o anunciou não o fez com a leitura do que efetivamente estava escrito nas entrelinhas do seu trabalho.

Tenho aqui que ressaltar a equipe do DNIT, que ontem também esteve presente, com os seus engenheiros que acompanham todos os lotes da BR-101, os quais estão em andamento, inclusive aqueles que estão em atraso.

É importante lembrar à sociedade catarinense que a BR-101, depois de inúmeras vezes licitadas em governos anteriores, não saía do chão, mas no governo Lula está sendo executada com recursos da União, sem um centavo emprestado. Em segundo lugar, temos que ressaltar - e ontem fiquei bastante entusiasmado, porque está melhor do que imaginávamos, diante do cenário que publicamente está sendo colocado nos jornais - o andamento das obras da BR-101. Dos 248km que tem a BR-101, deputado Joares Ponticelli, 104km já estão duplicados. Isso tem que ser dito claramente, eis que dizem que a BR-101 vai ficar pronta em 2013, 2014.

É preciso deixar claro também as 47 pontes já prontas - depois, basta fazer as pistas de rolagem -, os 178km de estradas, que no contingente estão em processo de terraplanagem, considerando o trecho do Rio Grande do Sul que não está sendo dito.

Estou colocando isso para deixarem de ladainha, como têm feito algumas figuras, questionando a obra e dizendo que não falta um centavo para a execução dela, que não existe um centavo em atraso quanto aos pagamentos.

Quanto ao problema de gestão privada de algumas delas, tem que rever preço, eu concordo. Inclusive, a senadora Ideli Salvatti ontem propôs que a comissão da Assembleia fosse ao Tribunal de Contas da União para permitir que sejam reavaliados tecnicamente alguns trechos, os quais as empresas estão empurrando com a barriga a sua execução.

Ao mesmo tempo em que falam das obras atrasadas, que só vão terminar em 2013 ou 2014, temos que deixar claro que a licitação da BR-101 foi executada em dois momentos diferentes, e que num segundo momento estão três que são de fundamental importância, porque eram obras de grande vulto, que dependiam e dependem de algumas alterações e licenças ambientais, mas que estão em andamento, como a transposição do Morro dos Cavalos.

Tem que ser dito que a previsão do governo é para que o edital de publicação da obra seja até 28 de fevereiro de 2010. Então, estamos no prazo. E a contratação dessa empresa para começar a executar aqueles túneis, que será uma obra de engenharia vultosa no estado catarinense, vai até 30 de maio de 2010. Então, não me venham dizer que está atrasado por causa disso, porque isso estava previsto. O cronômetro da travessia da Cabeçuda, canal das Laranjeiras, lagoa de Imaruí, Santo Antônio de Laguna, também está em dia.

Quanto à construção da ponte que vai ser uma das maiores obras primas da construção civil do território brasileiro, o prazo do início da obra é também para fevereiro de 2010, com início para junho ou julho de 2010 e término em 2012. E a transposição do Morro do Formigão, em Tubarão, o edital da licitação deve sair até 30 de setembro de 2009.

Estou colocando esses cenários para não ficarmos ouvindo a Oposição fazer o que está fazendo, no seu direito legítimo, mas infelizmente com instituições que em tese deveriam ter caráter apartidário, assumindo esse debate com uma forma política.

Agora, o importante é que dinheiro não falta. Ontem a equipe do DNIT demonstrou a eficiência, conhecimento e capacidade dos seus engenheiros pontuando cada quilômetro da BR-101, mostrando que tem conhecimento notório sobre a obra, o que nos deixa tranquilo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, já que v.exa. faz esse percurso quase que diariamente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - É verdade, eu e o deputado Genésio Goulart. Ele mais assiduamente, porque faz a loucura de vir e voltar todos os dias. Isso é realmente colocar a vida em risco, pois todos os dias o traçado é mudado. Há problemas de sinalização, e de vez em quando as empreiteiras deveriam ter mais cuidado.

O que v.exa. coloca aqui está perfeito. Hoje o problema não é nos três pontos de estrangulamento, que são os Morros do Formigão, dos Cavalos e a ponta da Cabeçuda. Sabemos que isso demorou. Foi aparteado do processo como um todo. É claro que vão ser pontos de estrangulamento que depois gerarão problemas.

No Morro dos Cavalos percebi que estão fazendo um paliativo. Na subida já tem pista dupla. Agora, está havendo um alargamento à direita de quem desce. Imagino que isso seja um paliativo para o tempo que vai levar a obra do túnel, de forma que vai permitir vazão tanto na ida quanto na vinda.

No Morro do Formigão, em Tubarão, também já é pista dupla à direita, porque se a subida do morro alargar um pouco não vai tumultuar muito o trânsito, até terminar a duplicação.

O problema maior vai ser a ponte da Cabeçuda, porque ali não tem saída. Ali vai ter que passar, é uma ponte só, e são duas mãos. Ali realmente vai gerar um congestionamento. Mas também tem razão v.exa. Eu conheço o projeto, pois estive na audiência pública, e aquela ponte vai ser o novo cartão postal do sul do estado. Só a ponte está orçada em mais de R$ 200 milhões, ou seja, é mais do que o valor de um lote inteiro. Em tudo isso v.exa. tem razão.

Onde é que a coisa está pegando? É o DNIT apertar mais essas empresas, deputado. Porque o que não dá para compreender é que existem lotes em que a coisa andou, evoluiu, os prazos foram cumpridos. A verdade é que as empresas não reclamam da falta de pagamento. Mediu, pagou. O problema é só apertar um pouco essas empresas que, irresponsavelmente, não estão cumprindo com o cronograma. Realmente, algumas delas agem assim.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, desejo registrar nesta Casa a presença do vice-prefeito de Tigrinhos, Ivo Wachhols, do sr. Cidinei Berniart, como também do prefeito Ivanor Boing, de Vitor Meireles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o sr. Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, minhas senhoras e meus senhores, deputado Genésio Goulart, venho a esta tribuna tratar de um assunto muito sério, porque nós, políticos,

temos como fonte maior a palavra, a honra e a dignidade.

Na semana passada, deputado José Natal, o prefeito do PMDB, Edson Piriquito cometeu algo que no popular, deputado Pedro Uczai, quer dizer: ele se passou, para não dizer mais do que isso.

Nós, prefeito Edson Piriquito, entendemos v.exa., o PSDB entende v.exa. Nós, o PSDB, o vice-governador Leonel Pavan, o deputado Dado Cherem e a bancada do PSDB entendem v.exa. Podemos até vir a perdoá-lo, mas neste momento nós o entendemos.

Deputado Kennedy Nunes, pau-mandado, elemento e verme não são expressões dignas de um prefeito de Balneário Camboriú. Não são palavras dignas de um prefeito municipal. É vergonhosa a atitude do ex-deputado Edson Piriquito. Digo vergonhosa para não dizer algo pior.

Sei que deve ser difícil ao prefeito Edson Piriquito ser prefeito de Balneário Camboriú, porque, deputado Moacir Sopelsa, quando ele acorda pela manhã e olha a avenida Atlântica totalmente reformada e bonita, ele sabe que foi uma obra do governo tucano do Pavan; se ele pega o carro e vai à prefeitura pela 3ª Avenida, ele sabe que também foi uma obra do Pavan; se ele resolve ir ao Balneário Camboriú Shopping, trafegando pela 4ª Avenida, ele sabe que é outra obra do Pavan; se ele vai ao hospital para ver as pessoas serem atendidas, sabe que o hospital é obra do governo tucano, obra do deputado Dado Cherem; quando ele acorda pela manhã, quando vai rezar, e olha para o Cristo Luz, ele sabe que é uma obra do Pavan.

Então, deve ser difícil para o prefeito Edson Piriquito conviver com essa realidade, superar essa realidade. Inclusive, dizia-me um ex-prefeito, ainda hoje, que, talvez, quando ele passar pela 4ª Avenida, deputado Adherbal Deba Cabral, ele poderá encontrar o endereço do doador da campanha, porque ele tem que se acertar com o TSE e com o TER. Talvez na avenida construída pelo Pavan ele possa encontrar o verdadeiro doador da sua campanha de prefeito.

Deve estar sendo difícil para o prefeito Edson Piriquito, muito difícil! Mas não podemos, nós, tucanos, calarmo-nos e aquietarmo-nos diante da injustiça cometida por ele. Também não vamos revidar, deputado Rogério Mendonça. Até fui chamado por diversas pessoas para fazer uma moção de desagravo ao prefeito de Balneário Comburiu, mas não vou fazer - nem eu nem a bancada do PSDB. Não vou fazer. Vamos fazer o contrário; vamos fazer outra moção, que quero trazer a esta Casa, no final do meu pronunciamento.

Sei que deve ser difícil. Inclusive, deputado Ismael dos Santos, no aprendizado zen diz-se que é um carvão em brasa entalado na garganta. Realmente, é isso que tem o prefeito Edson Piriquito, ou seja, um carvão em brasa entalado na garganta, difícil de engolir e quase impossível de expelir.

Nós entendemos o prefeito Edson Piriquito e podemos até perdoá-lo, se ele conseguir trabalhar, se ele conseguir deixar um legado, porque é função do homem público deixar um legado.

Prefeito Edson Piriquito, se v.exa. conseguir superar o que o governo tucano fez nesses 20 anos, os secretários tucanos estarão à sua disposição para fazer Balneário Camboriú continuar crescendo.

Por isso, quero pedir a atenção desta Casa, para dizer que, de acordo com as palavras de Robert Johnson - todo grande mito é realmente um registro simbólico de um estágio de crescimento na vida de um povo -, queremos que o prefeito de Balneário Camboriú supere tudo isso. S.Exa., o atual prefeito, cometeu um deslize, fez algo que nos faz menos políticos, e nós, que estamos na vida pública, não nos podemos calar diante disso. Quando alguém, por uma rinha pessoal e por uma infantilidade não ataca a pessoa física de Leonel Arcanjo Pavan, mas ataca o vice-governador, é um deslize cometido. Mas tenho a absoluta convicção de que s.exa. conseguirá superar, porque temos a esperança de que ele fará um bom governo.

Deputado Renato Hinnig, existe a esperança que ecoa até em campos onde existe pastagem magra; até lá a esperança existe, no coração do homem que vive em pastagens magras.

Por isso, tenho absoluta convicção de que esta Casa não se furtará em aprovar por unanimidade uma moção, de minha autoria, de apoio ao vice-governador Leonel Pavan, não na defesa pessoal dele, mas pelo amor que ele devota a Balneário Camboriú.

É uma moção que estou colocando...

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, quero me somar a v.exa. em tudo aquilo que coloca desta tribuna.

O vice-governador Leonel Pavan tem mostrado ao Brasil e a Santa Catarina que ele não é meramente uma figura decorativa de vice-governador, que ele tem feito por este estado tanto quanto tem feito Luiz Henrique da Silveira, tanto quanto tem feito esta Casa Legislativa. E não podemos, de jeito nenhum, o PSDB não pode, aceitar um ataque gratuito do atual prefeito de Balneário Camboriú, o que s.exa. já tinha feito diversas vezes quando deputado nesta Casa, para a sua empreitada política. Hoje, ele está no poder.

Este deputado que está aqui já tentou falar com o prefeito, pelo menos, cinco vezes, para tratar de um problema de desapropriação em Balneário Camboriú, que ele pretende, mas até agora não conseguiu, porque o deputado Edson Piriquito ainda continua doente, segundo a sua assessoria.

Então, isso quer dizer que quando ele melhora, em vez de trabalhar, ele vem atacar o vice-governador Leonel Pavan. Não é isso, realmente, que a sociedade de Santa Catarina espera de um prefeito. Não é isso que o povo de Balneário Camboriú, com certeza absoluta, quando deu a opção de uma vitória a Edson Piriquito, esperava dele. Esperava que s.exa. fosse, realmente, para a cidade para trabalhar. Quem sabe s.exa. não esteja conseguindo fazer isso, porque tem, realmente, uma pendência com a Justiça eleitoral?! E provavelmente ele quer desviar o foco em cima do vice-governador, que é íntegro e já provou isso.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Prefeito Edson Piriquito, esse é um recado para v.exa. levar para a sua casa ao dormir. O poder sem amor torna-se brutalidade. O poder sem amor torna-se brutalidade. Eu espero que v.exa. administre com amor Balneário Camboriú, assim como os tucanos o fizeram.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Aproveitando o gancho do deputado Tomelin, quero dizer e deixar registrado, aqui, que o meu partido, o PMDB, nos dois mandatos do governador Luiz Henrique, tem muito do que se orgulhar dos seus dois vice-governadores, Eduardo Pinho Moreira e Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero registrar a presença do vereador de Antônio Carlos, Altamiro Kretze. Quero cumprimentá-lo e desejar boas-vindas a esta Casa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a Casa da Mulher Catarina completa 20 anos de existência este ano. Eles estão com uma programação agora, dia 28 de maio, quinta-feira, no Auditório de Ciência da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir das 14h, com duas palestras: "A mulher, a saúde e os seus direitos reprodutivos", "Conceitos e tendências". Já é uma palestra em comemoração aos 20 anos da Casa da Mulher Catarina, e sintam-se todos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está encerrado o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Antes disso a Presidência registra a presença na Casa do jornalista Romeu Scirea Filho e também do jornalista Márcio Roberto dos Santos, ambos de Xanxerê, minha terra.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0174/2008, de autoria do deputado Ivan Naatz.

Outrossim, comunica ainda que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e a comissão de Finanças e Tributação apresentaram parecer favorável à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o art. 143 e §§, do Regimento Interno: Ofício n. 0006/2009.

Outrossim, também comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o art. 143 e §§, do Regimento Interno: Ofício n. 0017/2009.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0051/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0168/2009, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a ementa e o art. 1º da Lei n. 5.061, que declara de utilidade pública a Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do vale do Itajaí - Fepevi, de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - É sem fins lucrativos? Está colocado sem fim

lucrativo, não cobra mensalidade, não tem essa característica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É isso que está exposto aqui pelo menos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, tudo bem. Se cobrassem mensalidade, eu seria contrário, mas se está com essa explicação, voto favorável à matéria.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, esse projeto é sobre a Universidade do Vale do Itajaí, a antiga Fepevi, hoje Univali? É isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É isso, sra. deputada Ana Paula Lima. Só trocou o nome da entidade, mas não altera a nomenclatura da entidade, já é declarado desde 1974.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0250/2008, de autoria do sr. deputado Renato Hinnig, que estabelece a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos Correios localizadas em território catarinense.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, antes de me pronunciar sobre o projeto, registrar e agradecer a presença de tantos trabalhadores na vigilância de Santa Catarina, que estão aqui, hoje, acompanhando a nossa sessão.

Quero agradecer em especial a presença do sr. Jordeci Pedrozo Souza, representando a Federação dos Vigilantes de Santa Catarina, do sr. Vanderlei Michelon, presidente do Sindicato dos Vigilantes de São José, do sr. Luis Carlos da Silva, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis, do sr. Serafim Aguilera, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Tubarão, do sr. Adilson Luis Grando, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Itajaí, do sr. Adilson Anzilero, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Blumenau, do sr. Silvio Krachuer, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Joinville.

Srs. deputados, esse projeto de lei foi amplamente debatido nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça, depois na comissão de Finanças e Tributação, como também na comissão de Segurança Pública. E colheu a opinião dos srs. deputados, favoráveis à tramitação dessa matéria, que tem por objetivo primordial assegurar a segurança das pessoas que utilizam os serviços oferecidos pelas casas lotéricas e agências dos Correios, para quitarem o pagamento de diversas contas que a rede bancária está transferindo para esses estabelecimentos que acabaram de certa forma se transformando em verdadeiras agências bancárias.

Srs. deputados, por movimentarem somas volumosas de recursos, atraem a atenção de assaltantes, que têm trazido insegurança às pessoas que passam a utilizar esse tipo de serviço nos diversos bairros de cidades de Santa Catarina. Inclusive, esse projeto tem por objetivo trazer segurança também para as pessoas que trabalham nesses estabelecimentos, além de, não podemos negar, criar uma oportunidade de novos postos de trabalho aos vigilantes de Santa Catarina.

Por isso, peço que cada um dos srs. deputados votem sim ao presente projeto de lei, já que ele tem essas duas preocupações importantes e fundamentais. E temos a certeza de que poderemos contar com o apoio unânime dos srs. deputados.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero, sr. presidente, parabenizar o sr. deputado Renato Hinnig por esse projeto.

Já discutimos isso na comissão. Até relatei naquela comissão que, por exemplo, em Joinville, na maior cidade do estado, temos um problema muito sério; em Joinville começou uma prática, deputado Deba, de assaltos a essas agências, por motoqueiros. De repente, deputado Manoel Mota, chegam dois motoqueiros. Enquanto um entra, assalta e sai, o outro espera lá fora, pronto para a fuga. Lá no bairro Fátima, por esses dias, um rapaz foi morto, porque na hora do assalto tinha alguém na lotérica com um revólver e atirou.

Cada vez mais se prolifera a questão das agências lotéricas, até porque hoje elas viraram uma agência da agência do banco. Lá você paga todos os boletos pelo sistema de integração.

Expressei a minha preocupação com relação a esse projeto na comissão em duas vertentes. A primeira vertente, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, é que entendo que deve ser um vigilante armado, porque se não for armado não tem por que estar ali. Mas parece que existe uma lei federal que já determina esta questão. Portanto, não podemos legislar, deputado Reno Caramori, em cima disso.

Quanto à minha segunda preocupação, caso o governador sancione essa lei, a aplicabilidade dessa obrigatoriedade nas agências, é com relação aos custos, que no meu entendimento deveria ser do sistema bancário, que vem lucrando milhões. Esse custo não pode ser do proprietário da agência lotérica, mas sim do sistema bancário. Então, esses bancos é que devem arcar com essa despesa, para que não onere o cidadão.

Deputado Elizeu Mattos, por exemplo, em Abelardo Luz, em Abdon Batista, que são cidades pequenas, como é que vai ficar isso? Não, não pode onerar o dono da lotérica. Isso tem que ser pago pela agência bancária que está credenciando aquele local para fazer esse tipo de cobrança, pois afinal de contas as agências bancárias, deputado José Natal, é que recebem a grande parte do lucro desse dinheiro. A lotérica está lá recebendo o documento, porque ela só recebe uma parte mínima do lucro gerado, que é repassada pelo banco. O grosso do lucro fica com os bancos.

Então, são duas as minhas preocupações: primeiro, a pressão de vocês por essa visão social de abertura de mais vagas para que possa ser sancionada pelo governador; segundo, para que haja pressão para que as agências bancárias que fazem o convênio possam arcar com esse custo, para que essa despesa não saia do proprietário da agência lotérica.

Portanto, a nossa bancada vota favorável a esse projeto de lei pensando na questão dos novos empregos que vão ser gerados, mas acima de tudo na segurança de quem vai à agência bancária, seja para postar, para fazer uma fezinha, como também para pagar as suas obrigações. E digo para vocês, vigilantes, de que não tenho dúvidas de que vai passar esse projeto aqui, mas a pressão agora tem que ser em cima do Executivo para que o governador não vete esse projeto.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Adherbal Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, demais deputados, quero saudar a federação dos vigilantes, os sindicatos de todas as cidades de Santa Catarina, principalmente o da cidade de Itajaí, nosso amigo Adilson, que aqui representa todos os vigilantes da foz do Itajaí.

Nós, como membro da comissão de Segurança Pública, primeiro, queremos parabenizar o deputado Renato Hinnig por esse projeto que vem beneficiar não só as famílias catarinenses, mas também aqueles que trabalham como segurança nas agências bancárias.

Sabemos que hoje os Correios e as casas lotéricas passaram a ser agências bancárias, por isso o projeto apresentado pelo nosso deputado Renato Hinnig, PL n. 0250/2009, vem ao encontro da segurança das famílias catarinenses.

Então, peço à nossa bancada do PMDB e aos demais deputados que compõem esta Casa Legislativa que aprovem esse projeto de lei.

Muito obrigado!

(Palmas)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós tivemos a alegria de ser o relator da matéria na comissão de Constituição e Justiça. Recuperamos o projeto original do deputado Renato Hinnig e excluímos uma emenda substitutiva que propunha a extensão, para outros estabelecimentos comerciais, dessa vigilância, porque entendemos que economicamente se tornaria inviável a extensão para outros estabelecimentos comerciais.

E mantivemos o quê? Duas instituições que se transformaram ao longo do tempo num espaço de recebimento de recurso financeiro. Mantivemos os Correios, que era o lugar de receber e emitir correspondência, e as lotéricas, que substituíram a maior parte do papel e da função dos grandes bancos que não querem mais fazer determinadas atividades.

Com essas responsabilidades, as lotéricas concentram recursos financeiros. E onde se concentra recurso financeiro há também possibilidade de roubo, assalto e violência.

Nesse contexto e nesse princípio, nessas duas instituições de concessão pública, votamos favorável, legitimando o projeto original do deputado Renato Hinnig, primeiro, porque vai dar segurança à população que chega a essas instituições; segundo, porque vai dar segurança também para aqueles que trabalham nessas duas instituições; terceiro, porque há a perspectiva indireta de gerar emprego aos profissionais que vão, de forma preparada tecnicamente, dar segurança aos trabalhadores e usuários desses estabelecimentos comerciais/financeiros que são concessões públicas.

Por isso, manifestamo-nos favoravelmente na comissão de Constituição e Justiça e agora ao projeto em discussão.

Parabéns à mobilização dos vigilantes! Parabéns à organização sindical que luta por mais esse espaço de reconhecimento profissional em Santa Catarina!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, em especial quero cumprimentar todos os vigilantes que estão aqui. Sempre dá mais vida a esta Casa quando os trabalhadores organizados chegam até aqui para reivindicar políticas públicas, políticas de estado, políticas para a sociedade. Como sindicalista quero cumprimentar muitos amigos que temos presentes aqui hoje.

Quero falar no projeto e parabenizar o deputado Renato Hinnig pela iniciativa.

No ano passado discutimos longamente esse projeto na comissão de Segurança Pública, quando este deputado foi presidente, porque achamos que ele é fundamental. Ele traz mais segurança para a sociedade catarinense com essas mudanças profundas que o deputado Pedro Uczai citava aqui, quando os Correios e as casas lotéricas passam a cumprir a nova função de atender à população lá na ponta, fazendo chegar o serviço mais próximo do povo. Mas esse serviço tem que ser feito com segurança.

Então, o projeto é com certeza meritório, importante e atua em dois campos. Ele traz segurança para a população, melhora os serviços, a tranquilidade dos próprios trabalhadores que atuam nesses espaços e, por outro lado, cria oportunidade de trabalho, que também é importante para os trabalhadores catarinenses.

Então, quero encaminhar em nome da bancada, juntamente com o deputado Pedro Uczai, favoravelmente ao projeto.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, em nome da bancada do PSDB, por tudo aquilo que já foi colocado pelos deputados que me antecederam, pela aprovação do projeto, encaminho na mesma ótica.

O Sr. Deputado José Cardozinho - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, quero em primeiro lugar parabenizar o autor do projeto, deputado Renato Hinnig, por ter apresentado essa matéria que foi aprovada por unanimidade em todas as comissões. E não tenham dúvida de que vai ser aprovada por este Poder também.

Quero citar um exemplo ao pessoal de Joinville. Há pouco tempo um proprietário de casa lotérica, Renato Lotérico, foi assaltado. Acontece que a Caixa Econômica não forneceu nem o carro para transportar o dinheiro, porque disse que o proprietário não tinha direito. E quando ele chegou, com R$ 60 mil, na porta da CEF foi assaltado. E acabou arcando com a despesa, teve que vender a casa lotérica e ficou apenas com a concessão dos Correios.

Então, vai haver dificuldade de sancionar essa lei não com o Poder Executivo Estadual, mas, sim, no sentido de convencer os banqueiros, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e tantos outros bancos a fazer esse tipo de segurança, pois eles vão querer jogar a responsabilidade para os lotéricos. Mas muitos deles são pequenos empresários e não têm como investir.

Então, vamos ter uma grande dificuldade, mas com a força de vocês, organizados e unidos, vamos vencer.

Vou votar favorável ao projeto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabenizando os vigilantes presentes, os que estão nos acompanhando pela TVAL, as entidades sindicais representativas desse setor importante da sociedade e da segurança no estado de Santa Catarina, quero manifestar a nossa posição também favorável à aprovação do projeto, assim como já foi na comissão de Constituição e Justiça e na comissão de Segurança.

Muito obrigado e parabéns pela luta de vocês.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Não podia ser diferente. Queremos parabenizar o deputado Renato Hinnig e encaminhar o voto "sim" pela bancada do PMDB.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, quero cumprimentar o nosso companheiro Eloir, da cidade de Blumenau, e juntamente com ele o presidente do Sindicato dos Vigilantes, o Adilson, da região do vale do Itajaí. E cumprimentando eles cumprimento toda a categoria que, de forma organizada, veio a este plenário hoje para manifestar a sua vontade de ver aprovado por unanimidade um projeto dessa natureza.

Quero dizer que essa categoria, sr. presidente, foi ordeira em toda a tramitação desse projeto. Eu, como deputada, não poderia ficar silente e, também, não poderia deixar de dar o meu voto pela aprovação, porque, além de ser justo, a categoria de forma organizada veio aqui pedir a cada deputado e a cada deputada o seu voto na confirmação.

Parabéns à organização da categoria. Eu tenho certeza de que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina irá aprovar, com muita segurança, esse projeto, não só para garantias de empregos dos vigilantes do estado de Santa Catarina, mas principalmente também pela segurança do cidadão catarinense que faz uso das casas lotéricas e das agências dos Correios que prestam esse tipo serviço determinado pelos bancos.

Já que os bancos não estão fazendo esse tipo de encaminhamento, esse tipo de serviço, então, nada mais justo do que ter um vigilante para fazer essa segurança.

A Sra. deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Quero parabenizar o deputado Renato Hinnig, líder do meu partido, pelo seu projeto, e todos os presidentes de sindicatos aqui presentes pela manifestação pacífica, pedido pacífico - é assim que se reivindica.

Gostaria de dizer a todos que a responsabilidade é grande e de desejar que Deus os ajude e ilumine, porque a profissão de vocês também é uma das que correm risco. Mas que Deus os ilumine e que tenham boa sorte daqui para frente, com mais garantia e segurança!

Muito obrigada, sr. presidente!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, quero cumprimentar o autor do projeto, deputado Renato Hinnig, pela iniciativa.

É importante que se garanta, além de mais oportunidade de emprego para a categoria dos vigilantes aqui representada, que o banco, que ganha dinheiro com essa atividade lotérica, que cobra juros extorsivos, abusivos do cidadão comum, pelo menos se comprometa com a segurança do serviço.

As casas lotéricas frequentemente são comparadas ao caixa eletrônico do bandido, do viciado em drogas. E certamente a presença do profissional vigilante bem treinado, capacitado, vai dar segurança à população.

Parabéns ao deputado e às categorias aqui representadas. Acho que hoje aqui fazemos uma lei importante para a sociedade, na medida em que, além de gerar emprego, gera segurança para quem precisa e tira de quem tem que dar um pouquinho mais para a sociedade, que é o setor bancário.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar o deputado Renato Hinnig pelo alcance de seu projeto.

Aqueles que estão representando toda uma categoria são pessoas altamente qualificadas, preparadas para essa missão. Então, evidentemente que as casas lotéricas, as agências dos Correios, precisam de pessoas preparadas para garantir a segurança daquilo que entra e também da sociedade, para não haver assaltos.

Por isso, votaremos favorável, na certeza de que vamos fazer com que haja um encaminhamento mais positivo para que essa categoria, que está altamente preparada para esse serviço, possa dar segurança àqueles que trabalham nas lotéricas.

Parabéns ao deputado Renato Hinnig e também a toda categoria. Com certeza, o projeto terá a aprovação por unanimidade desta Casa na tarde de hoje!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, na mesma linha, eu queria parabenizar o deputado Renato Hinnig e dizer a todos que aqui estão que o nosso voto também será favorável, na certeza de que talvez, num curto lapso de tempo, com essa medida implantada por este Parlamento, não tenhamos mais que abrir o jornal e ver notícias de que uma lotérica foi assaltada, de que pessoas foram feitas reféns, sejam em lotéricas, sejam em agências dos Correios.

Por isso, tenho certeza de que a função de vocês é muito importante para que se possa levar um pouquinho mais de segurança às nossas comunidades, a toda nossa sociedade. Assim, poderemos sair de casa com um título de pagamento, ir até a lotérica, pagá-lo em segurança e sair em segurança. E certamente esse trabalho será feito por vocês!

Parabéns! Estamos com vocês!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem,para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu tinha, até pouco tempo, um pouco de dúvida sobre esse projeto, na questão de quem vai arcar com os custos. No pequeno município, quem arcará com os custos? E o deputado Renato Hinnig acabou de me explicar a repartição dos custos. Então, que não fiquem em cima de uma única pessoa os custos que vai gerar; que também aquele que dá a concessão arque com os custos da segurança dentro da concessão, e também dentro dos municípios pequenos.

Se nós, com muita responsabilidade, criarmos a ferro e fogo para qualquer município, para o município pequeno com três mil habitantes, o dono da lotérica, se tiver que contratar o vigilante, fecha o estabelecimento porque não ganha o suficiente para contratá-lo. Mas em cima da explicação dada com muita responsabilidade pelo deputado Renato Hinnig, e do seu compromisso assumido conosco aqui neste plenário, eu vou votar pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Em votação.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de requerer, tão logo aprovado em primeiro turno este projeto, que seja feita uma sessão extraordinária para a sua aprovação em segundo turno, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Renato Hinnig, tenho, sobre a mesa, um requerimento solicitando o encerramento da sessão. Pediria a v.exa. para deixarmos para amanhã.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o requerimento apresentado foi assinado por este deputado e, na verdade, o pedido é no sentido de que a sessão seja encerrada às 17h para que às 17h30 possamos continuar a reunião da comissão de Constituição e Justiça.

Então, a sessão pode continuar, apenas gostaríamos que fosse encerrada às 17h para que tenhamos a oportunidade de nos reunir na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Se houver a concordância dos srs. líderes, poderemos votar o projeto em segundo turno e a redação final também no dia de hoje.

(As lideranças aquiescem.)

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar o nosso prefeito de Canoinhas, Leoberto Weinert, que, juntamente com o vice-prefeito e o secretário Argos Burgardt, encontra-se nesta Casa.

Obrigado pela presença e que se registrem as boas-vindas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Em votação o PL n. 0250/2008 em primeiro turno.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h37.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h37, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0250/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig, que estabelece a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências dos Correios localizadas no território catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, poderíamos fazer a votação da redação final, a fim de que a tramitação desse projeto fique concluída?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Manoel Mota, eu vou, justamente, encerrar a sessão!

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h39.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h39, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozinho - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a diminuição da pauta da Ordem Do Dia.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pergunta ao presidente se foi lido o Requerimento n. 0674/2009

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Indaga se as moções foram lidas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reclama da pauta da Ordem do dia está represada e que um acordo de líderes a esse respeito não foi cumprido.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Enfatiza a importância do término da sessão para a realização da reunião da CCJ.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Informa que concordou com o término da sessão, mas que é preciso desobstruir a pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir SOPELSA) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0250/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - No mesmo sentido do requerimento apresentado, nós estamos conversando com as lideranças e, tendo em vista que faltam apenas 15 minutos para as 17h, solicitamos que sejam deliberados os requerimentos e as indicações que não são polêmicos e que sejam deixadas as moções e os pedidos de informação para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, só tenho na mesa um comunicado, o requerimento solicitando o encerramento da presente sessão e uma indicação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quanto às moções e aos pedidos de informação, ficariam para a sessão de amanhã, que são mais polêmicos, mas com relação aos requerimentos e às indicações há um acordo dos líderes para que sejam deliberados, se a Mesa assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0356/2009, de autoria dos deputados Darci de Matos, Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Ouro Verde, cumprimentando-o pela realização da 17ª Feira do Gado Geral.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Irani, cumprimentando-o pelo sucesso da Expo Irani 2009.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita envio de mensagem telegráfica ao secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao secretário Executivo do Programa Microbacias, cumprimentando-os pelo resultado alcançado no trabalho de melhoria da qualidade de vida da população rural do estado.

Requerimento de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita envio de mensagem telegráfica ao vice-governador Leonel Pavan, cumprimentando-o pelos serviços prestados ao município de Balneário Camboriú e a todo povo catarinense no uso de atribuições como vice-governador do estado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, v.exa. leu o Requerimento n. 0674/2009?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Só li as indicações, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Os requerimentos ficaram para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sim, ficaram para amanhã!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, as moções foram lidas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir SOPELSA) - As moções ficaram para amanhã também.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Mas v.exa. acabou de ler!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não, era uma indicação.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Havia um requerimento para discutir o projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir SOPELSA) - Já foram deferidos os requerimentos. O seu Requerimento é o de n. 0696/2009.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - E quanto ao Requerimento n. 0672/2009?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Este requerimento será apreciado no dia de amanhã.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Tudo bem, sr. presidente!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, há uma lista enorme de pedidos de informação que está represada há duas semanas, pelo menos. Na sessão de quinta-feira foi feito um acordo e v.exa. não estava presidindo a sessão. Tenho certeza de que, se estivesse, tê-los-ia colocado em deliberação hoje, porque o conheço e sei que v.exa. é um homem cumpridor dos compromissos e acordos.

Mas só quero lembrar que na última quinta-feira foi feito um acordo para votarmos os pedidos de informação hoje. Não estou aqui questionando se...

(Deputado manifesta-se fora do microfone.)

Que foi feito o acordo, eu tenho certeza absoluta! Pode ter sido feito um novo acordo hoje.

Se for assim, quando se fizer acordo, não teremos mais certeza de que ele será cumprido, porque se faz um acordo numa sessão e na outra se desfaz.

Nós estamos nesta Casa há 11 anos e aqui existe a prática de fazer um acordo e cumpri-lo, sem precisar fazer um novo acordo para desmanchar o anterior.

Eu encaminhei um pedido de informação, por exemplo, quanto a um ato do governo que nós estamos questionando, e já passou muito tempo. Por exemplo, o presidente do PMDB, Eduardo Moreira, quase caiu do helicóptero, que teve uma pane na semana passada, quando estava fazendo uma reunião política em Treze de Maio e Imaruí. E eu só quero saber se quem contratou aquele helicóptero foi o PMDB ou a Celesc! Já faz uma semana que o helicóptero com o presidente quase caiu enquanto ele fazia campanha e eu ainda não consegui encaminhar o pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Joares Ponticelli, eu quero confessar que não conheço o acordo, mas há aqui um requerimento, por isso estou tentando encerrar a presente sessão. Porém quero dizer que v.exa. tem razão e precisamos ver todas as moções, todas as matérias que estão na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, entendo a questão levantada pelo deputado Joares Ponticelli. Agora, há necessidade de reunir a comissão de Constituição e Justiça para amanhã cedo votarmos na comissão de Finanças e Tributação.

Então, a proposta de acordo para suspender a sessão neste momento - e fiz a proposta, inclusive, para o líder do governo - é na perspectiva de que amanhã se faça a votação, deputado Silvio Dreveck, de todas as matérias que estão ainda trancando a pauta, os requerimentos, as moções e os pedidos de informação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu só quero comungar, em primeiro lugar, com o acordo que fizemos hoje para permitir que a comissão de Constituição e Justiça possa reunir-se para deliberar matéria importante para o estado de Santa Catarina.

Por outro lado, sr. presidente, também é verdade que temos matérias cuja apreciação está sendo protelada há duas semanas, e muitas vezes por falta de quórum não tem ocorrido a votação das mesmas.

Então, deputado Dirceu Dresch, creio que, a partir de amanhã, teremos que colocar em votação todos esses pedidos de informações e moções cuja deliberação está sendo protelada faz muito tempo. Porque nós concordamos, hoje, com a suspensão da pauta da Ordem do Dia apenas para cooperar, tendo em vista da reunião da CCJ.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Eu tenho em mãos o seguinte requerimento.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, o deputado que subscreve, conforme o art. 108 do Regimento Interno, solicita que seja encerrada a sessão de hoje, 26/05/2009, logo após da Ordem do Dia para continuidade da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que analisará a admissibilidade das medidas provisórias contidas nas Mensagens n.s: 0976/2009, 0977/2009, 0978/2009, 0980/2009 e 0981/2009."

Está assinado por todos os srs. líderes.

Esta Presidência comunica, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, que as matérias destinadas à Ordem do Dia da 45ª Sessão Ordinária, de 27 de maio de 2009, são as seguintes:

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0036/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s 0035/2009 e 0039/2009, de procedência governamental.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Silvio Dreveck, a partir do dia 28 de maio do corrente ano, por um período de sessenta dias, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO
Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 027-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Flávio Ragagnin, 2º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Silvio Dreveck, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 028-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antônio Plínio de Castro Silva, 3º Suplente da Coligação Salve Santa Catarina, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Silvio Dreveck.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

REF.: Concurso nº 001/2008

OBJETO: CONCURSO "PRÊMIO ESCOLA DO LEGISLATIVO" PARA MONOGRAFIAS INÉDITAS SOBRE O TEMA *PODER LEGISLATIVO E SEUS DIVERSOS ASPECTOS*.

No dia vinte e dois de maio de dois mil e nove, às 11h 00min, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Sala 302, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações (CPL), com a finalidade de efetuar os procedimentos legais referentes ao Concurso supra-epigrafado. Foram registrados os envelopes recebidos pelo Protocolo Geral e os postados pelo correio até o dia vinte de maio de dois mil e nove, conforme preconizam os itens 6.1 e seguintes do Edital, conforme seguem: 1) Pseudônimo "Montesquieu", protocolo nº 00890; 2) Pseudônimo "Raul Samuel de Souza Neto", protocolo nº 00866; 3) Pseudônimo "Bela", protocolo nº 000865; 4) Pseudônimo "Sol", protocolo nº 000858; 5) Pseudônimo "Autoria Anônima", protocolo nº 000778; 6) Pseudônimo "Aristóteles Politéia Filho", protocolo nº 000891; 7) Pseudônimo "João José Cívitas da Silva", protocolo nº 000888; 8) Pseudônimo "Luck Sky Walker Neto", protocolo nº 000887; 9) Pseudônimo "Chapolin", protocolo nº 000889;

10) Pseudônimo "Legislador Responsável", protocolo nº 002315; 11) Pseudônimo "Jurista", protocolo nº 000598 e 12) Pseudônimo "Madeira de Lei", postado pelo correio em 20 de maio de 2009 e 13) Pseudônimo "Pedestre", postado pelo correio em 20 de maio de 2009. O participante, cujo pseudônimo intitula-se "Montesquieu" requereu à Coordenadoria de Licitações, de acordo com o ofício datado de 20/05/2009, a substituição da monografia já entregue, o que foi deferido pela CPL, conforme constam às folhas 50 à 54 do processo. Os envelopes nº 2 - identificação dos participantes -, permanecem lacrados na Coordenadoria de Licitações (CPL) até o recebimento do relatório da Comissão Julgadora. Na seqüência, esta Comissão encaminhou os Envelopes nº 1, contendo dois volumes das referidas monografias, com as devidas cópias eletrônicas, ao Presidente da Escola do Legislativo, conforme item 11.1 do Edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
Presidente
Membros da CPL
Adriana Lauth Gualberto
Bernadete Albani Leiria
Helio Estefano Becker Filho
José das Neves Filho
Juçara Helena Rebelatto
Valter Euclides Damasco

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2009

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS.**

DATA: 10/06/2009 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de junho de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 28 de maio de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 858/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 017/2009, referente à reforma para reambientação e readequação dos espaços físicos da biblioteca e do restaurante reservado aos deputados, incluindo o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado split, fornecimento e instalação de elevador, compreendendo materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, obteve o seguinte resultado:

ITEM UNICO -

Vencedora: GPL - CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 673.683,69
Florianópolis, 28 de maio de 2009.

SINARA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 058/2009

REFERENTE: 012º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 012/2007-12, celebrado em
15/05/2009
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: ONDREPSB LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA
OBJETO: Formaliza alterações quantitativas e qualitativas ao objeto inicial incluindo 09 postos de trabalho da categoria "Serviços de Recepcionistas Executivas, 17 postos de trabalho da categoria "Serviços Digitadores Simples" e excluindo 13 postos de trabalho da categoria "Serviços de Digitadores Especiais".
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, IV, art. 58, I e art. 65, I, "a", "b" e § 1º da Lei 8.666/93; Item 6.1 Cláusula Sexta do Contrato original e,Autorização administrativa.
VALOR MENSAL: R$ 893.215,90
VALOR GLOBAL: R$ 10.398.345,91.
Florianópolis, 15 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - ALESC
Paulo Héber Bordin - Diretor Ondrepsb

*** X X X ***

Extrato CL Nº 059/2009

REFERENTE: Contrato CL n.º 015/2009, celebrado em 15/05/09.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: OFC Indústria e Comércio de Produtos para Escritório Ltda
OBJETO: aquisição e instalação completa de sistema de arquivamento deslizante, composto por estantes de aço deslizantes sobre trilhos, com movimentação mecânica e pintura da estrutura na cor cinza claro, para ser utilizado na biblioteca da ALESC.
VALOR GLOBAL: R$ 31.000,00
VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, permanecendo seus efeitos até o término da garantia.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 014/2009; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0024/2009, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 15 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC
Paulo A. M. Camilli - Representante da OFC.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 060/2009

REFERENTE: 21º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 005/2005, celebrado em 17/12/2004.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Primer Produções e Locações Ltda. ME
OBJETO: 1. Ajusta, nos termos da reivindicação da CONTRATADA, os reflexos decorrentes da incidência da Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009 que determinou reajustamento de 6,48% (seis vírgula quarenta e oito por cento) sobre os salários de até R$ 1.000,00 (hum mil reais) e mais (+) de 2% (dois por cento) sobre a diferença dos salários que excederem o valor de R$ 1.000,01 (hum mil reais e um centavo), acrescentando-se, quando for o caso, mais (+) R$ 86,80 (oitenta e seis reais e oitenta centavos) sobre a diferença dos salários que excederem os salários de R$ 2.100,01 (dois mil e cem reais e um centavo). 2. Tais reajustes serão aplicados sobre os salários vigentes em 1º de janeiro de 2008 com eficácia a partir do mês de janeiro de 2009, inclusive, em cima dos salários da categoria dos radialistas, exclusivamente sobre o montante "A" com reflexos também no montante "C", que referencia, neste contrato, os empregados alocados como diretor de imagens, técnico de manutenção de TV, técnico de vídeo, operador de edição, fotógrafo, locutor de rádio e locutor de TV, referente à prestação de serviços de produção jornalística / 40 postos de trabalho.
VALOR: Em face destas incidências o valor mensal do contrato passa, desde o mês de janeiro de 2009, inclusive, de R$ 197.235,69 (cento e noventa e sete mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos) para R$ 199.596,88 (cento e noventa e nove mil quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), resultando num aumento de 1,19% sobre o valor global do Contrato.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira do Contrato Original; e, Autorização administrativa.
Florianópolis, 15 de maio de 2009
Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC
Ilson Antonio Bettin - Sócio Proprietário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 155
Florianópolis, em 26 de maio de 2009.
Excelentíssimo Senhor
JORGINHO MELLHO
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta capital
Senhor Presidente:
Cumprimentando-o cordialmente, nos reportamos a Vossa Excelência, na condição de Líder do Governo na Assembléia legislativa do Estado de Santa Catarina para requere a retirada do regime de urgência dos seguintes projetos de lei:
-PLC nº 13.1/09 que estabelece critérios para a municipalização da

Educação Infantil da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece providencias;
-PLC nº. 14.2/09 que estabele critérios para a municipalização do Ensino Fundamental da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências;
-PLC nº 15.3/09 que Altera dispositivos da Lei Complementar Promulgada nº 1.139, de 1992, da Lei Complementar nº 287, de 2005, da Lei Complementar nº 304, de 2005 da Lei Complementar nº 316, de 2005, da Lei Complementar nº 381, de 2007, e da Lei nº 6.844, de 1986, e estabelece outras providências;
_PLC nº 16.4/09 que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.
Certos de contar com a sua costumeira atenção, reiteramos protestos de elevada consideração e distinto apreço.
Atenciosamente,
Deputado Elizeu Mattos
Líder do Governo
Lido no Expediente
Sessão de 27/05/09

*** X X X ***

Ofício GLPP nº 030/09 Florianópolis(SC), 26 de maio de 2009.
Excelentíssimo Senhor
Deputado Jorginho Mello
Presidente da ALESC
Nesta
Senhor Presidente,
Com os meu cordiais cumprimentos, comunico oficialmente a Vossa Excelência que o vice-líder Deputado Joares Ponticelli, assumirá como líder desta Bancada a partir do próximo dia 28, por um período de sessenta dias, quando estarei em licença das minhas atividades parlamentares de acordo com o Art.52 inciso III do Regimento Interno desta Casa Legislativa.
Na oportunidade, renovo votos de estima e consideração,
Cordialmente,
Deputado Silvio Dreveck
Líder da Bancada do PP
Lido no Expediente
Sessão de 28/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 135/09

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL SANTA ISABEL - AMABEL

Relatório das Atividades - 2008

Encaminha Relatório das atividades referente ao ano de 2008.

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 136/09

ESCOLA DE PAIS DO BRASIL

Florianópolis, 10 de março de 2009

Ofício nº 321/09
Ref.: Relatório Anual das Atividades e Dissolução da entidade
Ao Exmo. Sr.
Deputado Manoel Mota
DD. Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
Assembléia Legislativa
Nesta

Senhor Deputado:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em cumprimento às determinações contidas na Lei estadual nº 14.182, de 1º de novembro de 2007, o Relatório anual das atividades desta entidade, no derradeiro mandato dos subscritores deste.

Queira aceitar, eminente Presidente da Comissão, as expressões do nosso melhor apreço e de subida consideração.

MARYLENE EVANGELISTA VIEIRA
FRANCISCO XAVIER MEDEIROS VIEIRA
Presidentes

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 137/09

SOCIEDADE ESPÍRITA OBREIROS DA VIDA ETERNA

Ofício nº 054/09

Florianópolis, 18 de maio de 2009

Ilustríssimo Senhor
Deputado MANOEL MOTA
DD. Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Senhor Presidente,

A SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, entidade filantrópica sem finalidade econômica, fundada em 1972, que mantém entre suas Obras assistenciais o Lar de Jesus que atende idosas em regime de longa permanência e o Grupo de Convivência "Amigas da Fraternidade - Regine Abreu" composto por voluntárias e idosas da comunidade. Nossa Obras são mantidas com convênios firmados com os Governos Municipal, Estadual e Federal e doações da Comunidade em geral.

Pelo exposto acima, vimos enviar a Vossa Senhoria o Relatório de Atividades da SEOVE e os documentos contábeis referente ao exercício de 2008, para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Fraternalmente,

Luiz Carlos Brochado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/09

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 179/09

Autoriza a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica autorizada a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto a que refere-se o caput deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/09

JUSTIFICATIVA

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), numa pesquisa encomendada pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, indicam que Santa Catarina teve crescimento de 62% na produção total de pescados entre 1995 a 2004. De 92.160,0 toneladas, o Estado passou a produzir 148.915,0 toneladas por ano, a maior da Região Sul, e só ficando atrás, individualmente, do Estado do Pará, que coloca no mercado 153.806,0 toneladas anuais.

A participação dos catarinenses na pesca brasileira é, portanto, muito expressiva. No entanto, o consumo do peixe em Santa Catarina ainda é dos mais baixos do país. Enquanto a média nacional é de 8 quilos per capita/ano, no Estado a base alimentar da população não privilegia o peixe nas regiões mais distantes do litoral. Assim, a média nas áreas onde a produção de peixe é pequena, não passa de 4 quilos per capita/ano, de acordo com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo não apenas aumentar o consumo de peixe em Santa Catarina, pelo simples fato de produzimos muito e comemos pouco. Mas especialmente pelas qualidade protéicas do peixe, pretendendo atingir a população estudantil através de merenda escolar.

Com isso, estaremos incentivando a geração de emprego e renda, de um lado, estimulando a produção familiar no sistema de água doce nas áreas distantes do litoral e beneficiando a infância catarinense.

Os peixes são ricos em proteína, fontes de vitaminas (A, D e B) e minerais (como o cálcio, fósforo e iodo). Têm teor de gordura reduzido e nessas predominam as do tipo poliinsaturada, diferentemente das carnes vermelhas, as quais contêm uma alta proporção de gordura saturada, que podem causar problemas cardíacos se consumidos em quantidade.

Por essas qualidades nutritivas, aqui referidas brevemente, o peixe inserido na dieta infantil é recomendação unânime de médicos e nutricionistas. A introdução do peixe no cardápio de crianças e adolescentes contribui para o desenvolvimento saudável e integral, auxilia na formação do sistema nervoso e segundo recomendações de especialistas, deveriam ser consumidos ao menos duas vezes por semana.

Diante da importância nutricional do peixe e da disponibilidade de pescados no Estado é que contamos com apoio dos parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto, baseados ainda numa experiência que demonstra o quanto as crianças aprovam o peixe na merenda escolar. No município de Timbó, região do Vale do Itajaí, uma experiência da Secretaria Municipal de Educação ao implantar o peixe na merenda de 15 unidades pré-escolares, verificou a

expressiva aceitabilidade desse alimento: 88,57%. Os dados constam de uma reportagem publicada no Jornal de Santa Catarina, a qual vai anexada à esta justificativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 180/09

Autoriza a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV), nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina.

Artigo 1º - Ficam os estabelecimentos de ensino do Estado de Santa Catarina autorizados a criarem as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV).

Artigo 2º - São atribuições das CIPAV:

I - Identificar os riscos na área da escola e elaborar mapa de riscos com a participação do maior número de pais, professores e alunos, com assessoria de técnico, médico e ou engenheiro do trabalho, quando houver.

II - Elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e de saúde na escola.

III - Participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos diversos locais da escola.

IV - Realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições de estudo visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a saúde e segurança dos alunos e professores.

V - Realizar a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas.

VI - Divulgar aos integrantes das CIPAV informações relativas à segurança, saúde e violência nas escolas e comunidade, despertando desta forma o interesse destes sobre os riscos que estão submetidos.

VII - Participar das discussões promovidas pelo diretor, para avaliar os impactos de alterações no ambiente e processos relacionados à segurança, saúde e violência dos alunos e funcionários da escola.

VIII - Requerer a direção à paralisação dos setores, onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos alunos e funcionários.

IX - Participar junto com os integrantes das CIPAV, da análise das causas das doenças, acidentes e violências e propor medidas de solução dos problemas identificados.

X - Requisitar a direção das Escolas e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos alunos e funcionários.

XI - Requisitar às escolas a cópia dos protocolos de notificação emitidos.

XII - Participar anualmente de Campanhas de Prevenção da AIDS.

Parágrafo Único - Cabe à direção do estabelecimento escolar proporcionar aos membros da CIPAV os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho

Artigo 3º - Da Composição:

I - Serão membros da CIPAV: 1 (um) representante da direção da escola, 2 (dois) professores ou funcionários da escola, 3 (três) alunos e 3 (três) pais.

Parágrafo Único - Os representantes dos professores ou funcionários, alunos e pais serão eleitos pelos seus respectivos segmentos.

II - A CIPAV funcionará em sistema de colegiado, elegendo entre os seus membros 1 (um) coordenador e 1 (um) secretário.

Artigo 4º - Do Processo Eleitoral de escolha dos membros da CIPAV:

I - Compete à direção convocar assembléia na escola para eleição da Comissão Eleitoral, composta de 3 (três) membros representando cada um o segmento de professores ou funcionários, alunos e pais, que coordenará o processo de escolha dos membros da CIPAV.

II - Publicação e divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

III - Inscrição e eleição individual, sendo que o período mínimo para inscrição será de 15 (quinze) dias.

IV - Liberdade de inscrição para todos os alunos e pais de alunos da escola, independente de idade e locais de trabalho, com fornecimento de comprovante.

V - Garantia de escola para todos os inscritos até a eleição.

VI - Realização da eleição no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato da CIPAV, quando houver.

VII - Realização de eleição em dia normal de funcionamento da escola, ou a combinar pela direção geral, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos alunos e pais de alunos.

VIII - Voto secreto.

IX - Apuração dos votos, em horário normal de funcionamento da escola, com acompanhamento de representante da escola, dos alunos e pais de alunos, em número a ser definido pela comissão eleitoral.

X - Facultar a eleição por meios eletrônicos, quando houver.

XI - Guarda, pela direção geral, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de cinco dias.

XII - As denúncias sobre o processo eleitoral deverão ser protocolizadas na direção da Escola, que deverá remeter as Secretarias, até trinta dias após a data da posse dos novos membros da CIPAV.

XII - Em caso de anulação a Direção convocará nova eleição no prazo de cinco dias, a contar da data de ciência, garantida as inscrições anteriores.

XIV - Quando a anulação se der antes da posse dos membros da CIPAV, ficará assegurada a prorrogação do mandato anterior, quando houver, até a complementação do processo eleitoral.

XV - Assumirão a condição de membros titulares e suplentes, os candidatos mais votados.

XVI - Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de estudo na Escola.

XVII - Os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração em ordem decrescente de votos, possibilitando nomeação posterior, em caso de vacância de suplentes.

Artigo 5º - O mandato da CIPAV será de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos uma única vez.

Artigo 6º - Do Funcionamento:

I - A CIPAV terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.

II - As reuniões ordinárias da CIPAV serão realizadas durante o expediente normal das Escolas, ou em horário a definir pela comissão, e em local apropriado.

III - As reuniões da CIPAV terão atas assinadas pelos presentes com encaminhamento de cópias para todos os membros.

IV - As atas ficarão na Direção da escola à disposição de toda fiscalização e uma cópia deverá ser encaminhada as Secretarias.

V - Reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando:

a) Houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicações de medidas corretivas de emergência.

b) Ocorrer acidentes, vítimas de violência ou doença grave ou fatal.

c) Houver solicitação expressa de uma das representações.

VI - As decisões da CIPAV serão preferencialmente por consenso. Não havendo consenso, e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, registrando-se a ocorrência na ata da reunião.

VII - Das decisões da CIPAV caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento justificado.

VIII - O pedido de reconsideração será apresentado a CIPAV até a próxima reunião ordinária, quando Será analisado, devendo o Presidente e o Vice-Presidente efetivar os encaminhamentos necessários.

IX - O membro titular perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de quatro reuniões ordinárias sem justificativas.

X - A vacância definitiva do cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida à ordem de colocação decrescente registrada na ata de eleição, devendo a CIPAV comunicar a Direção escolar e as Secretarias as alterações e justificar os motivos.

XI - No caso de afastamento definitivo do Coordenador, os membros titulares indicarão o seu substituto entre os integrantes do colegiado.

Artigo 7º - A Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, através das Gerências de Educação, Ciência e Tecnologia (GEECTs), implementará política de formação aos membros das CIPAV em todo o Estado.

Artigo 8º - As escolas terão prazo de 120 dias após aprovado o projeto para implementar as CIPAV.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

JUSTIFICATIVA

O avanço da violência, o descontrole sobre as mais diversas situações violentas e o caráter aleatório das mesmas nos expõe como vítimas e agentes de sua prevenção.

De acordo com os números do Ministério da Saúde de 2002, as causas externas correspondem no país a mais de 60% da mortalidade entre os 5 e 19 anos de idade. Destas, 39,4% são agressões, 24,7% acidentes de transporte, afogamentos ficam com a responsabilidade de 11,7% e os suicídios 3,3%, quedas 2%, as queimaduras 1% e os envenenamentos 0,2%, entre outros de menor incidência.

Desta forma, justifica-se a necessidade de ações integradas e preventivas no sentido de controle sobre as mais diversas formas de violência, bem como, o desenvolvimento de

programas relacionados a ações de saúde preventiva a serem inseridos nas escolas e comunidade.

O presente Projeto de Lei, que propõe a implantação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência (CIPAV), visa a preservação da saúde e promoção de maior segurança no ambiente escolar. A proposta é baseada na obrigatoriedade da implantação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência (CIPAV) nos estabelecimentos públicos da rede de ensino catarinense.

As CIPAV deverão trabalhar preventivamente evitando danos à saúde e à segurança dos estudantes, de forma eficaz, auxiliando as escolas a cumprirem sua missão de educar e contribuir com o desenvolvimento físico, mental e de valores para formação de cidadãos.

As CIPAV deverão mapear áreas de risco, propor melhorias nas instalações físicas que devem ser adequadas e seguras, tornando o ambiente de estudo prazeroso, livre de drogas, violência e reduzido índice de acidentes. Os esclarecimentos a respeito dos hábitos alimentares também devem ser estimulados, para que a alimentação seja adequada a um desenvolvimento harmônico e integral .

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 181/09

Institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Art. 1º As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional do Estado de Santa Catarina veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

JUSTIFICATIVA

A necessidade de inclusão social das pessoas portadoras de deficiência é algo que deve ser levado em consideração pelo Poder Público, com ações que propiciem a acessibilidade a todos os portadores de deficiência.

Desde meados dos anos 80 os portadores de deficiência vem exigindo a eliminação de barreiras que existem perante a sociedade e comunidade, sendo elas tanto físicas com as barreiras arquitetônicas, como ambientais relacionadas aos obstáculos existentes em toda conjuntura estrutural de todas as cidades.

Com o inicio dos anos 90 evidenciou-se a problemática da acessibilidade além das barreiras físicas e arquitetônicas, teríamos também as barreiras no transporte e na comunicação, pontos primordiais para que direito de ir e vir e de liberdade de expressão sejam efetivados a estas pessoas que precisam de um acesso qualificado a todos os pontos de atenção à comunidade.

A implementação de uma sociedade para todos inicia com a garantia de acessibilidade em todas as dimensões, sejam elas, desde o cotidiano da pessoa e seus processos sociais até a formulação de programas e políticas governamentais e institucionais. Podemos em contrapartida, refletir que uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, que respeita, reconhece e reponde a todas as necessidades de todos os cidadãos.

O decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 vem regulamentar a lei da acessibilidade no País, proporcionando subsídios para a garantia de acesso a todos os portadores de deficiência tanto em seu atendimento prioritário, acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte coletivo e o acesso à informação e à comunicação.

Proporcionar um qualificado acesso à informação e à comunicação é contribuir para com o cumprimento da cidadania dos portadores de deficiência.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 182/09

Institui o Dia Estadual do Microcrédito Orientado no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de novembro.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Microcrédito Orientado no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de novembro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/09

JUSTIFICATIVA

O Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado foi uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina, o qual delegou à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesc, a coordenação do processo de constituição das organizações da sociedade civil de interesse público que hoje integram a rede de organizações de microcrédito de Santa Catarina.

O processo de estruturação do Programa iniciou em meados do ano de 1999, quando já estavam constituídas a Instituição de Credito Solidário - Blusol, de Blumenau, e o Banco da Família que sucedeu o Banco da Mulher em Lages, os quais já tinham começado a operar com esta modalidade de crédito no Estado, e que se incorporaram ao Programa.

Com o apoio do Sebrae-SC e da Fampesc, a participação do Badesc foi fundamental para que o Programa de Microcrédito fosse estruturado de forma a atender aos dispositivos da Lei nº 9.790/99, base legal para sustentação das atividades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, legalmente autorizadas a operar com o microcrédito orientado.

No exercício de 1999, foram constituídas as primeiras organizações fomentadas no âmbito do Programa denominado Créedito de Confiança, com capacitação de pessoal, apoio para gastos administrativos iniciais e formação dos fundos de empréstimos com recurso próprios do Badesc.

Em março de 2006, foi fundada a Associação das Organizações de Microcrédito do Estado de Santa Catarina - Amcred-SC, a partir de uma nova visão estratégica no sentido de que seria necessário um órgão para aglutinar os interesses das organizações constituídas, representação institucional do segmento, atuação na difusão das boas práticas de governança corporativa, capacitação de recursos humanos e fortalecimento do conjunto dentro do conceito de rede com interligação institucional.

Os resultados do Programa são de uma magnitude sem precedentes no Estado de Santa Catarina, no campo do empreendedorismo social. A nova modalidade de crédito já ultrapassou o montante de R$ 600 milhões em contratos de empréstimos distribuídos a cerca 200 mil microempreendedores, na sua maior parte informais, excluídos de qualquer possibilidade de acesso a crédito.

Em termos de impacto social o apoio creditício proporcionado aos microempreendedores, representa a manutenção e geração de 250 mil empregos diretos, o que caracteriza relevante contribuição do Programa à questão do desemprego em Santa Catarina.

No ano em que o Programa Catarinense de Microcrédito Produtivo Orientado completa dez anos de existência, a prioridade definida pela direção da Amcred-SC é a sua institucionalização, juntamente com a constituição de um Fundo de Aval, por meio de lei, o que representa a consolidação de um marco legal avançado, com abordagem da questão do empreendedorismo no âmbito dos micros e pequenos negócios, de forma completa, inovadora e solidária.

O Programa estaria em condições de avançar mais dez anos com uma velocidade maior do que aquela possível no primeiro decênio, com uma contribuição inquestionável ao empreendedorismo social no Estado.

Assim, a criação de uma data específica no calendário oficial em nosso Estado vem reconhecer a representatividade deste Programa que hoje é referência nacional para a sociedade catarinense, contribuindo para sua consolidação de forma perene como política pública, estando a favor dos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional.

Estas são, em síntese, as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, contando desde já com o imprescindível apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

*** X X X ***